

PROTOCOLO OPERACIONAL PADRÃO DE AFERIÇÃO DE PÚBLICO

Processo: SIPE nº 178105/2026

Contratação: Gestão integrada dos eventos oficiais do calendário municipal de Itajaí — ciclo 2026/2027: Festa do Colono 2027, Marejada 2026, Réveillon 2026/2027 e Carnaval 2027

Órgão demandante: Município de Itajaí — Secretaria Municipal de Turismo e Eventos — SETUR

Documento vinculado: Termo de Referência (TR); Indicadores de Desempenho (KPIs); Minuta de Contrato.

Data de elaboração: 09 de junho de 2026

Base normativa: Constituição Federal, arts. 37 e 70; Lei nº 14.133/2021, especialmente arts. 5º, 11, 18, 22, 92, 117, 118, 124, 125, 137, 155 a 163 e 165; Lei nº 12.527/2011; Lei nº 13.709/2018; normas técnicas e regulamentares aplicáveis à realização de eventos públicos de grande porte.

1. FINALIDADE

O presente Protocolo Operacional Padrão de Aferição de Público — POP tem por finalidade estabelecer a metodologia, os procedimentos, as fontes de dados, os critérios de validação, os documentos comprobatórios e as responsabilidades aplicáveis à aferição do público presente nos eventos oficiais do calendário municipal de Itajaí abrangidos pela contratação.

A aferição de público constitui elemento central da governança contratual, uma vez que o modelo de remuneração adotado está parametrizado pelo custo per capita incidente sobre o público efetivamente aferido em cada evento. Por essa razão, a apuração do público não poderá decorrer de estimativas genéricas, impressões visuais, autodeclarações unilaterais ou dados isolados não auditáveis, devendo observar metodologia objetiva, previamente definida, tecnicamente justificável, rastreável e passível de conferência pela fiscalização contratual.

Este POP busca assegurar que a aferição de público seja realizada com base em evidências verificáveis, por meio da convergência de fontes independentes de medição, da preservação dos registros brutos, da validação cruzada dos dados e da possibilidade de auditoria pela SETUR, pelos órgãos de controle interno e externo e por eventual equipe técnica especializada.

O protocolo também disciplina os efeitos da aferição sobre a medição contratual, o cálculo da parcela variável, a aplicação do Fator de Ajuste de Desempenho — FAD, a incidência de glosas, a apuração de inconsistências e o tratamento de hipóteses de divergência, falha metodológica, impossibilidade parcial de medição ou indício de manipulação de dados.

Sua aplicação deve ocorrer de forma integrada ao Termo de Referência, à Matriz de Riscos, aos Indicadores de Desempenho — KPIs, à Proposta Técnica vencedora e às obrigações contratuais assumidas pela Contratada. Os KPIs tratam o POP como instrumento específico de aferição de público e conectam esse eixo ao FAD, à fiscalização e à confiabilidade da remuneração variável.

2. EVENTOS ABRANGIDOS

Este POP aplica-se à aferição de público dos seguintes eventos integrantes da contratação:

Evento	Período previsto	Local de referência	Público de referência
Festa do Colono 2027	Julho/2027	Parque do Agricultor	150.000 pessoas
Marejada 2026	Outubro/2026	Centreventos / CCP	200.000 pessoas
Réveillon Itajaí 2026/2027	Dezembro/2026 a janeiro/2027	Praia Central / Beira-Rio / CCP	100.000 pessoas
Carnaval de Itajaí 2027	Fevereiro/março de 2027	Circuito misto em espaços públicos do Município	60.000 pessoas
Total			510.000 pessoas

O público de referência constitui o parâmetro técnico e econômico utilizado para dimensionamento da contratação, aplicação dos limites de pagamento, análise da execução e comparação entre público estimado, público aferido e público pagável.

3. CONCEITOS OPERACIONAIS

Para fins deste POP, consideram-se:

- **Público bruto aferido:** total de presenças ou acessos identificados pelas fontes de medição utilizadas durante o evento, antes da aplicação dos critérios de tratamento, deduplicação, exclusão ou validação.
- **Público validado:** público resultante da consolidação técnica dos dados brutos, após validação cruzada entre fontes independentes, exclusão de duplicidades, correção de inconsistências e aplicação dos critérios previstos neste POP.
- **Público pagável:** público validado considerado para fins de cálculo da parcela variável da remuneração, observado o limite máximo de público pagável de 115% do público de referência de cada evento e as demais regras contratuais aplicáveis.
- **Mínimo garantido:** base mínima de remuneração correspondente a 60% do público de referência de cada evento, aplicável apenas nas hipóteses contratualmente admitidas, desde que a Contratada tenha executado integralmente a infraestrutura e as obrigações previstas e que a baixa frequência não decorra de fato a ela imputável.
- **Fonte independente de aferição:** instrumento, sistema, base de dados, procedimento ou registro técnico capaz de produzir informação autônoma sobre a presença ou circulação de público, sem depender exclusivamente de dado produzido unilateralmente pela Contratada.
- **Validação cruzada:** procedimento de comparação entre fontes independentes de aferição, com o objetivo de verificar consistência, identificar divergências, justificar variações e consolidar o público validado.
- **Divergência relevante:** variação superior a 10% entre as fontes de aferição utilizadas, salvo se o Termo de Referência ou o contrato estabelecerem percentual diverso. Nos KPIs, a convergência entre fontes possui meta de variação igual ou inferior a 10%, devendo divergências superiores ser justificadas, analisadas e, se necessário, submetidas a diligência ou auditoria.

- **Autoaferição unilateral:** aferição realizada exclusivamente pela Contratada, por seus prepostos ou por fornecedor por ela contratado, sem validação por fonte independente, sem acesso da fiscalização aos dados brutos ou sem possibilidade de auditoria pela SETUR. A autoaferição unilateral é vedada para fins de medição e pagamento.

4. PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS DA AFERIÇÃO

A aferição de público deverá observar os seguintes princípios:

4.1. Objetividade

A apuração do público deverá decorrer de métodos previamente definidos, mensuráveis e tecnicamente justificáveis, vedada a substituição da medição por impressões visuais, projeções promocionais, estimativas de imprensa, declarações genéricas ou registros sem rastreabilidade.

4.2. Rastreabilidade

Todos os dados utilizados para a consolidação do público deverão ser acompanhados dos respectivos registros brutos, logs, relatórios técnicos, imagens, planilhas, certificados, declarações de fornecedores, memória de cálculo e demais documentos que permitam reconstituir o caminho metodológico adotado.

4.3. Convergência de fontes

A aferição deverá decorrer da utilização de, no mínimo, três fontes independentes ou tecnicamente complementares de medição, devendo a Contratada justificar, no Plano de Aferição, a pertinência de cada fonte em relação às características do evento, do local, dos fluxos de entrada e saída e do perfil esperado de público.

4.4. Predominância de medições objetivas

Sempre que tecnicamente viável, deverão prevalecer fontes de medição objetiva, como contadores eletrônicos de fluxo, catracas, leitura de ingressos, pulseiras RFID, dados agregados de telefonia móvel, câmeras com análise de fluxo, sensores de presença, bilhetagem, registros de controle de acesso e outros instrumentos tecnicamente equivalentes.

4.5. Conservadorismo em caso de dúvida

Havendo divergência relevante não justificada, ausência de rastreabilidade, falha metodológica ou impossibilidade de validação de determinada fonte, a SETUR poderá adotar o parâmetro mais seguro e conservador, inclusive com desconsideração de dados inconsistentes e utilização do menor público validado entre as fontes confiáveis.

4.6. Auditabilidade

A SETUR poderá auditar, direta ou indiretamente, os procedimentos de aferição, os equipamentos utilizados, os fornecedores contratados, os dados brutos, os algoritmos, os relatórios, as memórias de cálculo e os registros de campo, inclusive com apoio de equipe técnica especializada.

4.7. Proteção de dados pessoais

Quando utilizadas tecnologias capazes de coletar dados pessoais, identificáveis ou potencialmente identificáveis, deverão ser observadas as regras da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD, com preferência por dados agregados, anonimizados ou estatísticos, vedada a coleta excessiva de informações incompatíveis com a finalidade de aferição de público.

5. FONTES ADMITIDAS PARA A AFERIÇÃO DE PÚBLICO

A aferição de público deverá utilizar combinação tecnicamente adequada de fontes, escolhidas conforme a natureza do evento, o local de realização, o grau de controle de acesso, o perfil de circulação, a existência ou não de perímetro delimitado, a duração da programação, a dinâmica de entrada e saída de pessoas e a viabilidade operacional de instalação dos equipamentos de medição.

A definição das fontes de aferição deverá observar os princípios da objetividade, rastreabilidade, auditabilidade, transparência, motivação, eficiência, economicidade e segurança jurídica, de modo a permitir que o público considerado para fins de medição contratual e eventual cálculo de remuneração variável seja apurado com base em evidências verificáveis, e não em estimativas genéricas, projeções promocionais ou declarações unilaterais.

A utilização de fontes diversas tem por finalidade reduzir o risco de distorção dos dados, especialmente em eventos de grande porte, realizados em espaços abertos, semifechados ou com múltiplos pontos de acesso. Nesses casos, a aferição de público não deve depender de uma única fonte de informação, pois cada método possui limitações próprias. Por essa razão, o procedimento de aferição deverá adotar, sempre que possível, metodologia de validação cruzada, combinando fontes primárias e fontes secundárias, com preservação dos dados brutos, indicação da memória de cálculo, identificação dos responsáveis técnicos e justificativa expressa para eventual divergência entre os resultados obtidos.

5.1. Fontes primárias preferenciais

São consideradas fontes primárias preferenciais aquelas que produzem dados objetivos, automatizados ou diretamente vinculados ao fluxo real de entrada, saída, permanência ou circulação de pessoas no perímetro do evento. Essas fontes devem ser priorizadas sempre que houver viabilidade técnica, operacional e financeira para sua adoção, especialmente em eventos com maior impacto sobre a medição contratual e sobre o cálculo do público pagável.

As fontes primárias preferenciais deverão ser acompanhadas dos respectivos registros brutos, relatórios técnicos, logs de sistema, informações sobre data e horário de coleta, identificação dos pontos de instalação, critérios de calibração e eventuais intercorrências verificadas durante a operação.

5.1.1. Contadores eletrônicos de fluxo instalados em pontos de entrada e saída

Os contadores eletrônicos de fluxo deverão ser instalados em locais estratégicos, previamente mapeados, de forma a captar os principais movimentos de ingresso e saída do público.

Sua utilização é especialmente recomendada em eventos com acessos delimitados, portarias, corredores de passagem, pórticos, entradas de setores ou áreas com controle operacional. A metodologia deverá indicar a localização dos equipamentos, os horários de funcionamento, a forma de calibração, o tratamento de fluxos em sentido contrário e o

procedimento para exclusão de movimentações operacionais, como equipes de trabalho, fornecedores e segurança.

5.1.2. catracas físicas ou eletrônicas

As catracas físicas ou eletrônicas constituem fonte preferencial quando o evento contar com controle formal de acesso. Deverão ser utilizadas de modo integrado ao sistema de registro de entradas, permitindo a extração de relatórios por data, horário, ponto de acesso e categoria de ingresso ou credencial. Quando houver possibilidade de reentrada, a metodologia deverá prever mecanismo de deduplicação ou identificação das múltiplas passagens, a fim de evitar a contagem indevida da mesma pessoa mais de uma vez.

5.1.3. leitura de ingressos, convites, credenciais, QR Codes ou tickets

A leitura de ingressos, convites, credenciais, QR Codes ou tickets deverá ser considerada fonte primária quando vinculada a sistema eletrônico de registro e validação. O relatório de aferição deverá distinguir ingressos emitidos, ingressos distribuídos, ingressos efetivamente utilizados, credenciais técnicas, cortesias, acessos de serviço e demais categorias de ingresso. Para fins de público pagável, deverá prevalecer o número de acessos efetivamente validados, e não o número de ingressos disponibilizados, vendidos, reservados ou estimados.

5.1.4. pulseiras RFID, pulseiras seriadas ou pulseiras com leitura óptica

As pulseiras RFID, seriadas ou com leitura óptica poderão ser utilizadas para controle de entrada, permanência, acesso a setores específicos e eventual deduplicação de público. A metodologia deverá indicar se a pulseira será utilizada apenas como controle de acesso ou também como instrumento de aferição de circulação e permanência. Deverá haver especial cuidado para evitar contagem duplicada decorrente de múltiplas leituras da mesma pulseira, sendo indispensável a apresentação dos registros brutos e dos critérios de tratamento dos dados.

5.1.5. sensores de fluxo ou presença

Os sensores de fluxo ou presença poderão ser empregados em acessos, corredores, áreas de concentração, setores internos ou pontos de dispersão. Sua utilização é recomendável

como fonte primária quando os equipamentos permitirem medição contínua, registro temporal e extração de dados auditáveis. A Contratada deverá indicar a tecnologia utilizada, sua margem de erro, o local de instalação, a área de cobertura e os procedimentos de verificação de funcionamento antes, durante e após o evento.

5.1.6. câmeras com análise de imagem e contagem automatizada

As câmeras com análise de imagem e contagem automatizada poderão ser utilizadas tanto para controle de fluxo quanto para estimativa de densidade em áreas abertas ou semifechadas. A metodologia deverá explicitar o tipo de tecnologia empregada, os pontos de captura, os horários de análise, a forma de processamento das imagens, a margem de erro estimada e as limitações do método. Quando houver uso de imagens de pessoas, deverão ser observadas as exigências da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, com preferência por tratamento estatístico, anonimizado e sem identificação individual dos participantes.

5.1.7. sistemas de controle de acesso integrados à central de operações

Os sistemas de controle de acesso integrados à central de operações deverão permitir o acompanhamento em tempo real dos fluxos de público, bem como a extração posterior de relatórios auditáveis. Sempre que utilizados, deverão possibilitar acesso da fiscalização aos painéis de monitoramento, aos relatórios de fechamento e aos registros brutos que fundamentaram a consolidação do público validado. A integração com a central de operações é especialmente relevante para eventos de grande porte, pois permite resposta imediata a superlotação, falhas de fluxo, necessidade de abertura de novos acessos e alterações de segurança.

5.1.8. dados agregados de telefonia móvel, desde que anonimizados e tecnicamente auditáveis

Os dados agregados de telefonia móvel poderão ser utilizados como fonte primária especialmente em eventos realizados em áreas abertas, extensas ou com múltiplos pontos de acesso, nos quais a contagem física individualizada seja tecnicamente limitada. Sua utilização deverá observar critérios rigorosos de anonimização, agregação estatística, delimitação geográfica, janela temporal, permanência mínima e exclusão de pessoas em trânsito que não integrem efetivamente o público do evento. A Contratada deverá apresentar relatório técnico

do fornecedor responsável, com indicação da metodologia empregada, da área georreferenciada, dos horários considerados, das limitações da base e da forma de validação dos resultados.

5.2. Fontes secundárias complementares

São consideradas fontes secundárias complementares aquelas destinadas a reforçar, contextualizar, conferir ou validar os dados obtidos pelas fontes primárias. Essas fontes não substituem, como regra, os instrumentos objetivos de aferição, mas desempenham papel relevante na verificação da consistência dos números apresentados, especialmente em eventos de livre circulação, em áreas abertas ou sujeitos a grande variação de fluxo ao longo do dia.

As fontes secundárias devem ser utilizadas como elementos de corroboração, auditoria e contextualização da aferição, contribuindo para explicar picos de público, horários de maior concentração, alterações de fluxo, dispersão antecipada, impacto de condições climáticas, funcionamento de setores específicos e eventuais divergências entre as fontes primárias.

São consideradas fontes secundárias complementares:

5.2.1. contagem manual amostral em pontos estratégicos

A contagem manual amostral poderá ser utilizada como mecanismo de verificação complementar, especialmente em pontos de acesso não automatizados, áreas de dispersão, zonas de concentração temporária ou locais de difícil instalação de equipamentos. Para que seja aceita como fonte complementar, deverá observar metodologia previamente definida, com indicação dos horários de amostragem, pontos de observação, responsáveis pela contagem, critérios de extrapolação e limites de confiabilidade. Não se admite contagem manual genérica, sem registro de campo, sem identificação do responsável ou sem explicação metodológica.

5.2.2. registros fotográficos e audiovisuais com identificação de data, horário e local

Os registros fotográficos e audiovisuais poderão auxiliar na comprovação da ocupação dos espaços, da dinâmica de circulação, dos horários de pico e da compatibilidade

entre o público declarado e a realidade operacional do evento. Para fins de aferição, deverão conter identificação de data, horário, local, ângulo de captura e, sempre que possível, vinculação ao mapa operacional do evento. Esses registros não devem ser utilizados isoladamente para calcular público, mas podem servir como evidência de validação ou contestação dos números apresentados.

5.2.3. imagens aéreas, quando autorizadas e tecnicamente adequadas;

As imagens aéreas, produzidas por drones, aeronaves, plataformas elevadas ou outros meios tecnicamente adequados, poderão ser utilizadas como fonte complementar relevante para eventos em áreas abertas, orlas, praças, vias públicas e espaços de grande concentração. Sua utilização dependerá das autorizações legais e operacionais pertinentes, especialmente em relação à segurança, proteção de dados, restrições de voo e normas aplicáveis. A análise das imagens deverá considerar a área efetivamente ocupada, a densidade estimada, os horários de captura e a possibilidade de sobreposição com outras fontes de aferição.

5.2.4. relatórios de segurança privada, brigada, mobilidade, limpeza, sanitários e atendimento ao público

Os relatórios operacionais produzidos por equipes de segurança, brigada, mobilidade, limpeza, sanitários e atendimento ao público poderão servir como fonte complementar de verificação da intensidade de uso dos espaços, dos horários de maior concentração, dos pontos críticos de circulação e da demanda efetiva por serviços de apoio. Tais relatórios deverão conter identificação do responsável, data, horário, local, ocorrências registradas e, quando possível, dados quantitativos objetivos. Isoladamente, esses relatórios não comprovam o público, mas podem confirmar ou indicar inconsistências nos dados principais.

5.2.5. dados de estacionamento, transporte público, vans, ônibus ou modais especiais, quando disponíveis

Os dados de estacionamento, transporte público, vans, ônibus, táxis, aplicativos ou modais especiais poderão ser utilizados como elementos auxiliares para análise da movimentação associada ao evento. Sua utilização exige cautela, pois tais dados indicam deslocamento ou acesso ao entorno, e não necessariamente permanência efetiva no evento.

Assim, somente poderão ser considerados de forma complementar, mediante explicação metodológica que demonstre sua pertinência em relação ao público aferido.

5.2.6. relatórios de ocupação de áreas, camarotes, arquibancadas, setores e espaços delimitados

Os relatórios de ocupação de áreas delimitadas, como camarotes, arquibancadas, setores especiais, áreas VIP, espaços de patrocinadores, praças de alimentação e zonas controladas, poderão auxiliar a aferição setorial do público e a verificação da capacidade ocupada em determinados ambientes. Quando houver exploração econômica acessória, esses relatórios também poderão contribuir para o controle da regularidade da operação e para a análise de compatibilidade entre público, ocupação e receitas acessórias, sem prejuízo das regras específicas do contrato.

5.2.7. relatórios de consumo ou movimentação operacional, quando pertinentes apenas como elemento auxiliar, nunca como fonte isolada de aferição

Relatórios de consumo, vendas, resíduos gerados, utilização de sanitários, atendimentos, consumo de água, energia ou outros indicadores operacionais poderão ser utilizados apenas como elementos indiretos e auxiliares. Esses dados podem demonstrar coerência ou incoerência com o público declarado, mas não representam, por si só, medição de público. Seu uso deverá ser tecnicamente motivado e jamais poderá substituir fontes diretas de aferição.

5.3. Fontes não admitidas isoladamente

Não serão admitidas, isoladamente, para fins de cálculo do público pagável, fontes que não possuam lastro técnico suficiente, não permitam auditoria, dependam exclusivamente de juízo subjetivo, tenham finalidade meramente promocional ou não apresentem condições mínimas de rastreabilidade.

A vedação ao uso isolado dessas fontes tem por objetivo proteger a Administração contra pagamentos indevidos, preservar a isonomia contratual, assegurar a motivação dos atos de medição e reduzir riscos de questionamento por órgãos de controle. A aferição de

público produz efeitos financeiros diretos e, por isso, deve ser tratada como ato técnico de medição contratual, e não como estimativa publicitária ou narrativa institucional.

Não serão admitidas, isoladamente, para fins de cálculo do público pagável:

5.3.1. estimativas visuais feitas por prepostos da Contratada

Estimativas visuais feitas por prepostos da Contratada não possuem grau suficiente de objetividade para fundamentar pagamento, especialmente por decorrerem de parte diretamente interessada na medição. Poderão, quando muito, compor registro operacional interno, sem força probatória autônoma para fins de público validado.

5.3.2. divulgação em redes sociais ou imprensa

Divulgações em redes sociais, portais de notícia, releases, entrevistas ou matérias jornalísticas possuem natureza informativa, promocional ou comunicacional, não se confundindo com procedimento técnico de aferição. Ainda que possam refletir percepção pública sobre a magnitude do evento, não substituem fontes auditáveis de medição.

5.3.3. publicações promocionais

Publicações promocionais, peças de marketing, posts institucionais, campanhas de divulgação ou materiais de patrocinadores não poderão ser utilizados como base de cálculo do público pagável, pois sua finalidade é promover o evento e não aferir tecnicamente sua execução.

5.3.4. estimativas de patrocinadores, comerciantes ou expositores

Estimativas apresentadas por patrocinadores, comerciantes, expositores, permissionários ou agentes econômicos privados poderão estar influenciadas por interesses comerciais, percepções setoriais ou recortes limitados de circulação. Por isso, não possuem confiabilidade suficiente para uso isolado na medição contratual.

5.3.5. declarações sem lastro documental

Declarações desacompanhadas de documentos, registros, dados brutos, metodologia e identificação de responsável técnico não serão aceitas como prova suficiente de público. A

mera afirmação de quantitativo, ainda que formalizada por escrito, não supre a exigência de evidência objetiva e auditável.

5.3.6. números arredondados sem memória de cálculo

Números excessivamente arredondados, genéricos ou desacompanhados de memória de cálculo indicam ausência de metodologia verificável. Para fins de medição contratual, todo quantitativo deverá ser acompanhado da indicação das fontes utilizadas, dos dados coletados, dos ajustes realizados e da forma de consolidação do resultado final.

5.3.7. dados produzidos unilateralmente pela Contratada sem acesso aos registros brutos

Dados produzidos unilateralmente pela Contratada ou por fornecedor por ela contratado somente poderão ser considerados se acompanhados dos registros brutos, relatórios técnicos, logs de sistema, identificação da metodologia e possibilidade de auditoria pela SETUR. A ausência de acesso aos dados originais compromete a rastreabilidade e impede a validação segura do público informado.

5.3.8. informações sem identificação de data, horário, local, fonte e responsável técnico

Informações que não indiquem data, horário, local, fonte de origem e responsável técnico não possuem condições mínimas de rastreabilidade. A ausência desses elementos impede a verificação da correspondência entre o dado apresentado e o evento efetivamente realizado, tornando a informação inapta para fins de medição, pagamento ou validação contratual.

5.4. Regra de prevalência e tratamento de divergências

Na hipótese de divergência entre as fontes utilizadas, a SETUR deverá analisar a natureza da divergência, a confiabilidade de cada fonte, a metodologia empregada, a existência de dados brutos, as condições reais de operação do evento e os registros produzidos pela fiscalização.

Quando a divergência for tecnicamente justificada e documentalmente comprovada, poderá ser admitida a consolidação do público validado com base na fonte mais adequada ao

perfil do evento ou mediante ponderação metodológica entre as fontes. Contudo, quando a divergência não for satisfatoriamente explicada, ou quando houver ausência de rastreabilidade, falha de equipamento, lacuna de dados ou inconsistência relevante, deverá prevalecer o critério mais conservador, com possibilidade de desconsideração da fonte comprometida, adoção do menor público tecnicamente validável, aplicação de glosa, redução do FAD ou instauração de auditoria específica.

A validação do público pela Administração deverá ser sempre motivada, especialmente quando houver impacto financeiro relevante, divergência entre fontes, aplicação de teto pagável, incidência do mínimo garantido, glosa ou ressalva técnica. Essa motivação deverá constar do relatório de fiscalização, da medição contratual ou de documento próprio, garantindo transparência, controle e segurança jurídica ao ato administrativo.

6. METODOLOGIA MÍNIMA OBRIGATÓRIA

A aferição de público deverá observar metodologia mínima obrigatória estruturada em: planejamento prévio, coleta concomitante e consolidação pós-evento.

Essa estrutura metodológica tem por finalidade assegurar que a apuração do público seja realizada de forma planejada, documentada, auditável e compatível com os efeitos jurídico-financeiros decorrentes da medição contratual.

A metodologia busca assegurar a formação de uma cadeia lógica de evidências: primeiro, define-se previamente como o público será medido; depois, registra-se a execução da medição durante o evento; por fim, consolida-se tecnicamente o resultado, com memória de cálculo, tratamento das inconsistências e manifestação da fiscalização. Trata-se, portanto, de procedimento essencial para conferir segurança jurídica à medição, reduzir riscos de pagamento indevido, permitir controle administrativo e assegurar rastreabilidade perante os órgãos de controle interno e externo.

A Contratada deverá observar integralmente as etapas descritas neste POP, sem prejuízo de exigências complementares previstas no Termo de Referência, na Matriz de Riscos, nos Indicadores de Desempenho — KPIs, no contrato administrativo e nas determinações da fiscalização contratual. A inobservância injustificada das etapas mínimas poderá ensejar ressalva na medição, glosa, redução do Fator de Ajuste de Desempenho —

FAD, determinação de auditoria específica ou aplicação das sanções cabíveis, conforme a gravidade da falha e seus efeitos sobre a confiabilidade da aferição.

6.1. Planejamento prévio

A primeira fase da metodologia consiste no planejamento prévio da aferição de público.

Antes da realização de cada evento, a Contratada deverá apresentar à SETUR o respectivo Plano de Aferição de Público, documento técnico-operacional destinado a demonstrar, de forma antecipada, quais métodos, fontes, equipamentos, sistemas, equipes, rotinas e procedimentos serão utilizados para medir o público do evento.

O Plano de Aferição de Público é o instrumento que permite à Administração avaliar, antes da execução, se a metodologia proposta é adequada às características concretas do evento, ao local de realização, ao grau de controle de acesso, à quantidade estimada de participantes, à existência de áreas abertas ou fechadas, à dinâmica de circulação do público, aos pontos de entrada e saída e aos riscos operacionais envolvidos.

A apresentação prévia do plano também permite à SETUR exercer controle preventivo sobre a qualidade da aferição, evitando que falhas metodológicas sejam identificadas apenas após o encerramento do evento, quando a possibilidade de correção já se encontra significativamente reduzida.

Nesse sentido, antes de cada evento e dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência, a Contratada deverá apresentar à SETUR o Plano de Aferição de Público, contendo, no mínimo:

- identificação do evento;
- datas, horários, locais e perímetros de aferição;
- mapa operacional dos acessos, saídas, fluxos internos e áreas de permanência;
- indicação das fontes de aferição a serem utilizadas;
- justificativa técnica da escolha de cada fonte;
- identificação dos equipamentos, sistemas, softwares e fornecedores envolvidos;
- metodologia de instalação, calibração e operação dos equipamentos;
- critérios de deduplicação de público;

- critérios de tratamento de entradas e saídas múltiplas;
- forma de aferição de público em áreas abertas ou de livre circulação;
- plano de contingência para falha de equipamento, indisponibilidade de sistema ou alteração do perímetro do evento;
- equipe responsável pela operação da aferição;
- rotina de comunicação com a central de operações;
- periodicidade de extração dos dados durante o evento;
- forma de backup e preservação dos registros brutos;
- modelo de relatório a ser apresentado após o evento.

A SETUR poderá aprovar o plano, aprová-lo com condicionantes ou determinar sua complementação, especialmente quando verificar insuficiência de fontes, fragilidade metodológica, ausência de rastreabilidade, concentração excessiva de dados em fornecedor único ou incompatibilidade entre a metodologia proposta e as características do evento.

A aprovação do Plano de Aferição pela SETUR não transfere à Administração a responsabilidade técnica pela execução da aferição, que permanecerá atribuída à Contratada. Também não impede que a fiscalização, diante de fatos supervenientes, falhas de operação, alteração de fluxo ou inconsistências relevantes, determine ajustes durante a execução ou exija complementação documental após o evento.

6.2. Coleta durante o evento

A segunda fase da metodologia consiste na coleta concomitante dos dados durante a realização do evento. Essa etapa tem por finalidade assegurar que as fontes previamente aprovadas sejam efetivamente operadas, que os dados sejam coletados de forma contínua ou periódica, que eventuais falhas sejam registradas tempestivamente e que a fiscalização possa acompanhar a execução da aferição enquanto o evento ainda está em curso.

Tendo isso em vista, durante a realização do evento, a Contratada deverá assegurar a operação contínua dos instrumentos de aferição, mantendo equipe técnica responsável pelo acompanhamento em tempo real dos dados coletados.

A coleta concomitante deve observar o princípio da contemporaneidade da prova. Em outras palavras, os registros de público devem ser produzidos no momento da execução, com

data, horário, fonte e responsável identificados, evitando reconstruções posteriores baseadas em estimativas ou informações incompletas.

A coleta deverá observar, no mínimo:

- registro de início e encerramento da operação de cada fonte;
- identificação dos operadores responsáveis;
- extração periódica de dados em intervalos previamente definidos;
- registro de intercorrências técnicas;
- backup dos dados brutos;
- comunicação imediata à fiscalização em caso de falha, queda de sistema, interrupção, alteração de fluxo ou inconsistência relevante;
- preservação de imagens, logs, planilhas, relatórios e demais evidências;
- disponibilização de acesso à SETUR, sempre que tecnicamente possível, aos painéis de acompanhamento em tempo real.

Sempre que os sistemas utilizados permitirem acompanhamento em tempo real, a SETUR deverá ter acesso aos painéis, dashboards, relatórios parciais ou meios equivalentes de visualização, sem prejuízo da apresentação posterior dos relatórios formais.

A fiscalização contratual poderá realizar inspeções presenciais, solicitar extrações parciais, acompanhar a operação dos equipamentos, registrar fotografias, exigir demonstrações dos sistemas e determinar medidas corretivas imediatas.

Sempre que houver alteração relevante no perímetro do evento, abertura de novos acessos, fechamento de rotas, mudança de programação, dispersão antecipada, superlotação, evacuação parcial, impacto climático ou falha de equipamento, a Contratada deverá registrar a ocorrência e indicar seus efeitos sobre a aferição de público. A ausência de registro contemporâneo poderá prejudicar a aceitação posterior de justificativas apresentadas apenas na fase de consolidação.

6.3. Consolidação pós-evento

A terceira fase da metodologia consiste na consolidação técnica dos dados após o encerramento de cada evento. Essa etapa tem por finalidade transformar os registros brutos coletados durante a execução em informação validada, mediante tratamento de duplicidades,

correção de inconsistências, comparação entre fontes, justificativa de divergências e elaboração de memória de cálculo.

Nesse sentido, após o encerramento de cada evento, a Contratada deverá consolidar os dados coletados e apresentar Relatório de Aferição de Público, acompanhado dos documentos comprobatórios exigidos neste POP.

O Relatório de Aferição de Público deverá ser elaborado de forma clara, analítica e tecnicamente fundamentada, permitindo à SETUR compreender como o público informado foi apurado, quais fontes foram utilizadas, quais ajustes foram realizados, quais limitações foram identificadas e qual o impacto dos dados aferidos sobre a medição contratual.

- público bruto apurado por cada fonte;
- público tratado após exclusões, correções e deduplicações;
- justificativas para divergências entre fontes;
- critérios utilizados para consolidação do público validado;
- indicação do público validado final;
- indicação do público pagável, observado o teto de 115% do público de referência;
- indicação da eventual incidência do mínimo garantido;
- memória de cálculo da parcela variável;
- identificação de falhas, intercorrências ou limitações metodológicas;
- manifestação técnica conclusiva da Contratada;
- campo próprio para validação, ressalva ou contestação pela fiscalização.

O público somente será considerado validado após análise da fiscalização contratual, que deverá verificar a aderência da metodologia ao Plano de Aferição aprovado, a suficiência das evidências, a consistência entre fontes, a regularidade da memória de cálculo e a existência de elementos que justifiquem eventual ressalva, glosa ou auditoria.

Quando forem identificadas inconsistências relevantes, ausência de dados brutos, divergência não justificada, falha de rastreabilidade ou insuficiência metodológica, a SETUR poderá determinar diligência complementar, solicitar documentos adicionais, promover auditoria específica, adotar o menor público tecnicamente validável ou aplicar as consequências contratuais cabíveis.

A consolidação pós-evento deverá observar o dever de motivação dos atos administrativos. Assim, a validação, a ressalva, a glosa, a desconsideração de fonte ou a aceitação de justificativa técnica deverão estar expressamente fundamentadas nos autos, com indicação dos elementos analisados e das razões que sustentam a decisão da Administração.

7. CRITÉRIOS DE VALIDAÇÃO CRUZADA

A validação cruzada constitui etapa obrigatória da metodologia de aferição de público e tem por finalidade verificar a consistência, a confiabilidade e a rastreabilidade dos dados coletados durante a realização do evento. Considerando que a aferição de público produz efeitos diretos sobre a medição contratual, sobre o cálculo do público validado e, quando aplicável, sobre o público pagável e a remuneração variável da Contratada, não será admitida a consolidação do público com base em fonte única, isolada ou não auditável.

A validação cruzada deverá comparar, no mínimo, três fontes de aferição, preferencialmente independentes entre si ou, quando não integralmente independentes, tecnicamente complementares. A utilização de múltiplas fontes tem por objetivo reduzir a margem de erro, identificar inconsistências, prevenir duplicidades, mitigar riscos de superestimação ou subestimação do público e conferir maior segurança jurídica à decisão administrativa de validação da medição.

A escolha das fontes deverá considerar a natureza do evento, o grau de controle de acesso, a configuração física do espaço, a existência de perímetro delimitado, a quantidade de pontos de entrada e saída, a circulação interna do público, a duração da programação, os horários de pico, a possibilidade de reentrada, a existência de áreas abertas ou de livre circulação e a viabilidade técnica de instalação dos equipamentos de medição.

A Contratada deverá demonstrar, no Plano de Aferição de Público, de que forma as fontes escolhidas serão utilizadas de maneira complementar, indicando qual será a fonte principal, quais serão as fontes de validação, quais serão as fontes de auditoria e quais critérios serão adotados para tratamento de divergências. A simples indicação formal de três fontes não será suficiente caso elas reproduzam o mesmo dado, dependam da mesma base não auditável ou não permitam comparação efetiva entre resultados.

A validação cruzada deverá observar os princípios da motivação, eficiência, economicidade, controle, transparência, segurança jurídica e rastreabilidade dos atos administrativos. Sendo assim, o resultado consolidado deverá ser tecnicamente justificável e documentalmente demonstrável, de forma que a fiscalização contratual consiga verificar o caminho percorrido entre os dados brutos coletados e o público final validado.

7.1. Eventos com controle de acesso predominante

Nos eventos realizados em locais fechados, semifechados ou com acessos delimitados, a validação cruzada deverá priorizar fontes diretamente vinculadas ao controle de ingresso e circulação de pessoas. Nesses casos, a metodologia deverá permitir a identificação do número de acessos efetivos, o tratamento de reentradas, a exclusão de credenciais técnicas e a comparação entre os registros eletrônicos e os fluxos observados em campo.

Nos eventos em locais fechados, semifechados ou com acessos delimitados, deverão ser priorizados:

- catracas ou contadores eletrônicos;
- leitura de ingressos, convites, credenciais, QR Codes ou pulseiras;
- câmeras ou sensores em pontos de entrada e saída;
- contagem manual amostral como elemento de auditoria;
- dados agregados complementares, quando disponíveis.

A consolidação do público, nesses casos, deverá privilegiar as fontes objetivas de controle de acesso, desde que preservados os registros brutos e demonstrada a regularidade da operação dos equipamentos. As fontes complementares deverão ser utilizadas para verificar a compatibilidade dos números registrados, identificar falhas pontuais, confirmar horários de pico e apontar eventuais inconsistências entre os acessos registrados e a ocupação real do espaço.

Quando houver múltiplas entradas, reentrada permitida, credenciamento técnico ou circulação entre setores, a Contratada deverá demonstrar os critérios utilizados para evitar dupla contagem. A ausência de critério adequado de deduplicação poderá ensejar ressalva,

glosa, desconsideração parcial da fonte ou adoção de parâmetro conservador pela fiscalização.

7.2. Eventos em áreas abertas

Nos eventos realizados em áreas abertas, vias públicas, praias, orlas, praças, parques, circuitos urbanos ou espaços de livre circulação, a validação cruzada deverá considerar a maior complexidade da aferição, especialmente em razão da existência de múltiplos acessos, circulação difusa, permanência variável, público em trânsito e dificuldade de delimitação física integral do perímetro do evento.

Nesses casos, a metodologia deverá combinar fontes capazes de medir fluxo, permanência, densidade e ocupação espacial, evitando que a aferição se baseie exclusivamente em percepção visual ou em estimativas amplas sem lastro técnico. A delimitação do perímetro de aferição deverá ser expressamente indicada no Plano de Aferição de Público, com definição das áreas incluídas e excluídas da contagem.

Nos eventos em áreas abertas, de livre circulação ou com múltiplos acessos, deverão ser combinadas fontes como:

- sensores ou câmeras em pontos de maior fluxo;
- dados agregados de telefonia móvel anonimizados;
- imagens aéreas, quando autorizadas;
- contagem manual amostral por faixas horárias;
- análise de densidade por área;
- relatórios de mobilidade, segurança e operação;
- monitoramento de acessos estratégicos, bloqueios, vias de chegada e dispersão.

A validação cruzada em áreas abertas deverá distinguir, sempre que tecnicamente possível, o público efetivamente presente no evento, o fluxo de passagem, a circulação ordinária no entorno e a permanência em áreas adjacentes não integrantes do perímetro de aferição. Essa distinção é essencial para evitar que pessoas apenas em trânsito, moradores, trabalhadores do entorno ou usuários comuns de vias públicas sejam indevidamente incorporados ao público validado.

Quando forem utilizados dados agregados de telefonia móvel, imagens aéreas ou análise de densidade, a Contratada deverá apresentar a metodologia de tratamento dos dados, a janela temporal considerada, a delimitação geográfica, a margem de erro estimada, as limitações do método e a forma de compatibilização com as demais fontes. A ausência dessas informações comprometerá a confiabilidade do dado e poderá impedir sua utilização como fonte principal de consolidação.

7.3. Regra de tolerância

A variação entre fontes independentes deverá ser igual ou inferior a 10%. Quando a variação ultrapassar esse limite, a Contratada deverá apresentar justificativa técnica específica, acompanhada dos dados brutos e dos documentos comprobatórios.

A regra de tolerância tem por finalidade estabelecer parâmetro objetivo para identificação de divergências relevantes, sem transformar a aferição de público em exercício matemático rígido e incompatível com a realidade operacional dos eventos de grande porte. Pequenas variações entre fontes são admissíveis, especialmente quando decorrem de diferenças metodológicas legítimas, horários distintos de coleta, cobertura parcial de áreas ou características próprias de cada tecnologia utilizada.

Contudo, divergências superiores ao limite de tolerância exigem análise técnica específica, pois podem indicar falha de equipamento, inadequação metodológica, duplicidade de contagem, ausência de deduplicação, erro de delimitação territorial, inconsistência de sistema, manipulação de dados ou simples incompatibilidade entre a fonte utilizada e a dinâmica do evento.

A justificativa técnica apresentada pela Contratada deverá demonstrar, de forma objetiva, a causa da divergência, a fonte considerada mais confiável, os critérios adotados para tratamento da inconsistência e os impactos sobre o público validado. Justificativas genéricas, desacompanhadas de dados brutos, relatórios técnicos ou memória de cálculo, não serão suficientes para afastar a aplicação de medidas corretivas pela Administração.

A SETUR poderá:

- aceitar a justificativa e validar o público consolidado;
- determinar diligência complementar;

- solicitar auditoria técnica;
- desconsiderar fonte inconsistente;
- adotar o menor público validado entre as fontes confiáveis;
- aplicar glosa, redução de FAD ou outras medidas contratuais, quando a divergência decorrer de falha imputável à Contratada.

A decisão da SETUR deverá ser motivada e registrada nos autos do processo de fiscalização ou medição contratual, especialmente quando houver impacto sobre o público pagável, sobre a parcela variável, sobre a aplicação do FAD ou sobre eventual glosa. A motivação deverá indicar as fontes analisadas, a divergência identificada, os documentos considerados, a justificativa apresentada pela Contratada e a razão técnica da decisão adotada pela Administração.

Na hipótese de persistência da divergência após diligência ou auditoria, deverá prevalecer critério conservador, de modo a resguardar o erário e evitar pagamento fundado em dado incerto, insuficientemente comprovado ou metodologicamente frágil. Nessa situação, a SETUR poderá adotar o menor público tecnicamente validável entre as fontes confiáveis, sem prejuízo de outras consequências contratuais, quando caracterizada falha imputável à Contratada.

7.4. Consolidação do resultado validado

Após a comparação entre as fontes, a Contratada deverá apresentar quadro de validação cruzada contendo os dados apurados por fonte, a variação percentual entre elas, as divergências identificadas, as justificativas técnicas correspondentes e o público proposto para validação.

O público validado não corresponderá necessariamente à média aritmética simples das fontes utilizadas. A consolidação deverá observar a confiabilidade relativa de cada fonte, sua adequação ao tipo de evento, a qualidade dos registros apresentados, a existência de dados brutos, a possibilidade de auditoria, o grau de cobertura do perímetro e a consistência com os registros operacionais do evento.

Quando uma fonte se mostrar tecnicamente mais adequada à natureza do evento e estiver acompanhada de registros íntegros, auditáveis e compatíveis com as demais

evidências, poderá receber maior peso na consolidação. Por outro lado, fontes incompletas, instáveis, não auditáveis ou incompatíveis com os demais registros poderão ser desconsideradas ou utilizadas apenas de forma complementar.

A consolidação deverá ser suficientemente motivada para permitir que a fiscalização compreenda por que determinado número foi adotado como público validado. Assim, não será admitida a simples apresentação de resultado final desacompanhado de memória de cálculo, comparação entre fontes e justificativa técnica.

7.5. Registro formal da validação

A validação cruzada deverá ser documentada no Relatório de Aferição de Público, em seção própria, contendo, no mínimo:

- identificação das fontes utilizadas;
- indicação do público apurado por cada fonte;
- variação percentual entre os resultados;
- justificativa das divergências identificadas;
- critérios de tratamento das inconsistências;
- indicação das fontes desconsideradas, se houver;
- fundamentação do público validado;
- manifestação técnica conclusiva da Contratada;
- campo próprio para análise, ressalva ou validação da fiscalização.

A validação realizada pela SETUR não afasta a possibilidade de revisão posterior, caso sejam identificados erro material, inconsistência relevante, omissão de dados, falha metodológica, manipulação ou apontamento de órgão de controle. Nesse caso, a Administração poderá reabrir a análise, determinar auditoria, revisar a medição, aplicar glosa ou adotar as demais providências contratuais e legais cabíveis.

8. FÓRMULA DE CONSOLIDAÇÃO DO PÚBLICO VALIDADO

A consolidação do público validado deverá observar a seguinte lógica metodológica:

Público Validado = resultado tecnicamente consolidado a partir da comparação entre fontes independentes, com exclusão de duplicidades, correção de inconsistências e prevalência das fontes objetivas mais confiáveis.

A expressão acima deve ser compreendida como uma diretriz metodológica obrigatória para a formação do resultado final da aferição. Isso porque os eventos abrangidos pela contratação possuem características operacionais distintas quanto ao local de realização, ao controle de acesso, à duração, ao fluxo de entrada e saída, à permanência média do público, à existência de áreas abertas ou fechadas e à forma de circulação dos participantes.

Assim, não se recomenda a fixação de fórmula matemática única e invariável para todos os eventos, sob pena de impor metodologia artificialmente padronizada a realidades operacionais diferentes. O caminho tecnicamente mais adequado e juridicamente mais seguro é estabelecer uma metodologia padronizada de validação, mas permitir que a ponderação entre as fontes seja justificada de forma específica no Plano de Aferição de Público de cada evento. Dessa forma, preserva-se a objetividade do procedimento, sem engessar a Administração em uma fórmula que pode ser inadequada para determinados locais, formatos ou dinâmicas de público.

A consolidação deverá, portanto, observar três premissas fundamentais: a comparação entre fontes, a qualificação da confiabilidade de cada fonte e a motivação técnica do resultado adotado. O público validado não poderá corresponder simplesmente ao maior número encontrado, à média aritmética automática entre todas as fontes ou ao número informado unilateralmente pela Contratada. Deverá resultar de análise técnica fundamentada, com indicação das fontes consideradas, das fontes eventualmente desconsideradas, dos ajustes realizados, das divergências identificadas e das razões pelas quais determinado quantitativo foi adotado como público final validado.

Como regra geral:

- fontes automatizadas de controle de acesso terão maior peso em eventos com perímetro delimitado;
- dados agregados de telefonia e análise de densidade terão maior relevância em eventos abertos;

- contagem manual amostral servirá prioritariamente como fonte de controle e auditoria;
- registros fotográficos e relatórios operacionais terão função complementar;
- fontes com falha de rastreabilidade, lacunas relevantes ou inconsistência não sanada deverão ser desconsideradas.

A atribuição de maior ou menor peso a determinada fonte deverá ser expressamente justificada pela Contratada e validada pela fiscalização, considerando a adequação da fonte ao tipo de evento, a qualidade dos registros apresentados, a possibilidade de auditoria, o grau de cobertura do perímetro, a existência de dados brutos, a margem de erro estimada, a estabilidade da coleta e a compatibilidade com as demais evidências disponíveis.

A consolidação do público validado deverá observar, no mínimo, as seguintes etapas:

- identificação das fontes utilizadas na aferição;
- apresentação do público bruto apurado por cada fonte;
- indicação dos ajustes realizados em cada base de dados;
- exclusão de duplicidades, reentradas indevidas, registros técnicos e movimentações operacionais;
- comparação entre os resultados obtidos por fonte;
- cálculo da variação percentual entre as fontes;
- identificação de divergências relevantes;
- justificativa técnica para divergências superiores ao limite de tolerância;
- definição das fontes consideradas confiáveis;
- desconsideração fundamentada das fontes inconsistentes, incompletas ou não auditáveis;
- indicação da metodologia de consolidação adotada;
- definição do público validado;
- submissão do resultado à análise da fiscalização.

Para fins de transparência e controle, a Contratada deverá apresentar quadro comparativo que permita visualizar, de forma objetiva, a passagem do público bruto ao público validado. Esse quadro deverá conter, ao menos, o número apurado por cada fonte, os ajustes realizados, o público tratado, a variação percentual em relação às demais fontes, as justificativas para divergências e o resultado final proposto.

Sugere-se a adoção do seguinte modelo:

Fonte de aferição	Público bruto	Ajustes realizados	Público tratado	Variação em relação às demais fontes	Situação da fonte	Obs.
Fonte 1	—	—	—	—%	Aceita / ressalvada / desconsiderada	—
Fonte 2	—	—	—	—%	Aceita / ressalvada / desconsiderada	—
Fonte 3	—	—	—	—%	Aceita / ressalvada / desconsiderada	—
Fonte complementar	—	—	—	—%	Aceita / ressalvada / desconsiderada	—
Público validado	—	—	—	—	—	—

O público validado deverá corresponder ao quantitativo tecnicamente mais defensável a partir do conjunto de evidências disponíveis. Em regra, deverá prevalecer a fonte ou combinação de fontes que apresentar maior objetividade, maior rastreabilidade, maior compatibilidade com o perfil do evento e menor margem de inconsistência.

Quando todas as fontes forem consistentes entre si e apresentarem variação dentro do limite de tolerância, a consolidação poderá adotar a fonte tecnicamente mais adequada ao evento ou metodologia de ponderação previamente aprovada no Plano de Aferição. Quando houver divergência relevante, a Contratada deverá justificar a causa da variação e demonstrar por que determinada fonte deve prevalecer sobre as demais.

As fontes com falha de rastreabilidade, ausência de dados brutos, lacunas relevantes, impossibilidade de auditoria, divergência não justificada ou inconsistência não sanada deverão ser desconsideradas para fins de formação do público validado. A desconsideração deverá ser motivada pela fiscalização, com indicação da falha identificada e de seus efeitos sobre a confiabilidade do dado.

A validação do público pela SETUR deverá ser expressamente motivada. A fiscalização poderá validar integralmente o público proposto, validá-lo com ressalvas, determinar diligência complementar, solicitar auditoria técnica, desconsiderar determinada fonte, adotar quantitativo inferior ao indicado pela Contratada ou aplicar outras medidas previstas no contrato, quando verificar inconsistência, fragilidade metodológica ou risco de pagamento indevido.

9. PÚBLICO PAGÁVEL

O público pagável corresponde ao quantitativo de público que poderá ser considerado para fins de cálculo da parcela variável da remuneração contratual, quando aplicável, após a validação técnica do público aferido e a incidência dos limites econômicos previstos no contrato.

O público pagável não se confunde com o público bruto nem com o público validado. O público bruto corresponde ao conjunto inicial de dados coletados pelas fontes de aferição. O público validado corresponde ao resultado técnico consolidado após validação cruzada, tratamento de duplicidades, correção de inconsistências e manifestação da fiscalização. O público pagável, por sua vez, corresponde ao quantitativo efetivamente admitido para fins de pagamento, observado o teto máximo de 115% do público de referência, o eventual mínimo garantido de 60%, o Fator de Ajuste de Desempenho — FAD, eventuais glosas e demais regras contratuais aplicáveis.

Essa distinção é essencial para preservar a segurança jurídica da medição. A existência de público validado superior ao público de referência não implica, automaticamente, pagamento integral sobre todo o quantitativo aferido. Da mesma forma, a existência de público inferior ao estimado não autoriza, por si só, a aplicação automática do mínimo garantido. Em ambos os casos, a Administração deverá observar os parâmetros contratuais, a Matriz de Riscos, o desempenho efetivamente entregue pela Contratada e a motivação técnica da fiscalização.

A lógica do público pagável tem dupla função: de um lado, permite que a remuneração reflita, em alguma medida, o público efetivamente atendido; de outro, preserva a previsibilidade orçamentária, evita remuneração desproporcional em razão de variações

extraordinárias de demanda e impede que falhas de execução sejam indevidamente compensadas por mecanismos de garantia mínima.

9.1. Limite máximo de público pagável

O público pagável de cada evento não poderá ultrapassar 115% do respectivo público de referência, ainda que o público validado seja superior.

O teto pagável constitui salvaguarda de previsibilidade orçamentária, controle da despesa e alocação racional de riscos, não representando projeção automática de gastos nem autorização prévia de pagamento até o limite máximo. Sua aplicação depende da aferição regular do público, da efetiva execução das obrigações contratuais correspondentes, da apresentação dos documentos comprobatórios exigidos no POP, da validação pela fiscalização e da inexistência de falhas que justifiquem glosa, redução do FAD ou desconsideração parcial dos dados apresentados.

Assim, o limite de 115% deve ser interpretado como teto máximo de reconhecimento econômico do público, aplicável apenas quando o público validado, de forma regular e auditável, superar o público de referência. Caso o público validado ultrapasse o teto, a diferença excedente não será considerada para fins de pagamento, ainda que possa ser registrada para fins estatísticos, avaliação de desempenho, planejamento de edições futuras e prestação de informações gerenciais.

A aplicação do teto pagável deverá ser expressamente demonstrada na memória de cálculo da medição, com indicação do público de referência, do público validado, do limite máximo admitido e do público efetivamente considerado para fins de pagamento.

Evento	Público de referência	Teto pagável — 115%
Festa do Colono 2027	150.000	172.500
Marejada 2026	200.000	230.000
Réveillon 2026/2027	100.000	115.000
Carnaval 2027	60.000	69.000

Para fins operacionais, quando o público validado for inferior ou igual ao teto pagável, o público pagável corresponderá, em regra, ao público validado, sem prejuízo da aplicação de FAD, glosas ou demais ajustes contratuais. Quando o público validado for superior ao teto pagável, o público pagável ficará limitado ao respectivo teto de 115%.

9.2. Mínimo garantido

O mínimo garantido corresponde ao quantitativo mínimo de público que poderá ser considerado para fins de remuneração, nas hipóteses contratualmente admitidas, quando o público validado for inferior a 60% do público de referência do evento.

Sua finalidade é preservar parcialmente a equação econômica da execução quando a Contratada tiver mobilizado a estrutura, os recursos humanos, os equipamentos, os fornecedores e os serviços necessários à realização do evento, mas o público efetivamente comparecido tiver sido inferior ao patamar mínimo de referência por circunstâncias não imputáveis à sua atuação.

O mínimo garantido não possui natureza de pagamento automático, indenização prévia ou garantia incondicionada de receita. Sua incidência depende de verificação cumulativa das condições previstas no contrato, da análise da fiscalização e da compatibilidade com a Matriz de Riscos. É preciso separar o risco ordinário de demanda, próprio da dinâmica de eventos públicos, das hipóteses em que a baixa frequência decorre de fato externo, imprevisível ou alocado à Administração ou a terceiros, e não de falha da Contratada.

O mínimo garantido de 60% do público de referência poderá ser aplicado quando, cumulativamente:

- a Contratada tiver executado integralmente a infraestrutura prevista;
- a Contratada tiver cumprido as obrigações operacionais essenciais;
- a baixa frequência não decorrer de falha imputável à Contratada;
- o evento tiver sido efetivamente realizado;
- a fiscalização reconhecer a incidência da hipótese contratualmente prevista;
- não houver cancelamento total do evento;

- a Matriz de Riscos não alocar integralmente à Contratada o fato causador da baixa frequência.

Evento	Público de referência	Mínimo garantido — 60%
Festa do Colono 2027	150.000	90.000
Marejada 2026	200.000	120.000
Réveillon 2026/2027	100.000	60.000
Carnaval 2027	60.000	36.000

A aplicação do mínimo garantido deverá ser objeto de manifestação expressa da fiscalização, com indicação das circunstâncias fáticas que justificam sua incidência, dos documentos analisados, da execução efetivamente comprovada pela Contratada e do enquadramento da ocorrência na Matriz de Riscos. Não será suficiente a simples alegação de baixa adesão, queda de público ou frustração de expectativa de comparecimento.

O mínimo garantido somente poderá ser aplicado quando demonstrado que a Contratada estava apta a executar integralmente o objeto, disponibilizou a estrutura prevista, cumpriu o Plano Operacional, manteve as condições de segurança, acessibilidade, comunicação, limpeza, mobilidade, atendimento e funcionamento do evento, e não deu causa direta ou indireta à redução do público.

9.3. Hipóteses de não aplicação do mínimo garantido

O mínimo garantido não poderá ser aplicado quando a baixa frequência decorrer de falha imputável à Contratada, ainda que o evento tenha sido formalmente realizado.

Incluem-se nessa hipótese, entre outras situações:

- falha de comunicação ou divulgação imputável à Contratada;
- atraso na montagem da infraestrutura;
- falha de segurança;
- ausência, insuficiência ou inadequação de infraestrutura essencial;
- interdição causada por descumprimento técnico;
- descumprimento do Plano Operacional;
- erro metodológico na aferição;

- falha na operação dos sistemas de controle de acesso;
- ausência de equipe mínima prevista;
- descumprimento de obrigações de acessibilidade;
- falha grave de limpeza, sanitários ou atendimento ao público;
- cancelamento parcial de programação por responsabilidade da Contratada;
- descumprimento de exigências legais, técnicas, sanitárias, ambientais ou de segurança;
- qualquer outra circunstância inserida em sua esfera de responsabilidade, nos termos do contrato e da Matriz de Riscos.

Nessas situações, o público pagável deverá ser definido com base no público validado efetivamente apurado, sem aplicação do mínimo garantido, sem prejuízo da incidência de glosas, redução do FAD, aplicação de penalidades e demais consequências contratuais cabíveis.

Também não haverá aplicação do mínimo garantido em caso de cancelamento total do evento, salvo se o contrato, a Matriz de Riscos ou decisão administrativa específica, devidamente motivada, estabelecerem tratamento diverso em razão da alocação do risco e da extensão das obrigações já executadas.

9.4. Relação entre público validado, público pagável, teto e mínimo garantido

Para fins de medição, deverá ser observada a seguinte lógica:

- apura-se o público bruto por meio das fontes de aferição admitidas;
- consolida-se o público validado após validação cruzada, exclusão de duplicidades e correção de inconsistências;
- verifica-se se o público validado supera o teto de 115% do público de referência;
- caso supere, o público pagável será limitado ao teto;
- caso não supere, o público pagável corresponderá, em regra, ao público validado;
- se o público validado for inferior a 60% do público de referência, analisa-se, de forma motivada, a eventual incidência do mínimo garantido;
- aplica-se, quando cabível, o FAD, as glosas e os demais ajustes contratuais.

Em termos sintéticos, a apuração deverá observar a seguinte matriz de decisão:

Situação identificada	Critério aplicável
Público validado superior a 115% do público de referência	Público pagável limitado ao teto de 115%
Público validado entre 60% e 115% do público de referência	Público pagável correspondente ao público validado, salvo glosas ou ajustes
Público validado inferior a 60% do público de referência, sem culpa da Contratada e com execução regular	Possível aplicação do mínimo garantido, mediante decisão motivada
Público validado inferior a 60% por falha imputável à Contratada	Não aplicação do mínimo garantido; pagamento pelo público validado, com possíveis glosas e sanções
Público não validado por falha metodológica relevante	Adoção de critério conservador, glosa, auditoria ou desconsideração da medição inconsistente

Essa sistemática evita dois riscos simétricos: de um lado, o pagamento além do limite economicamente planejado em caso de público extraordinariamente superior; de outro, a remuneração mínima indevida em situações nas quais a própria Contratada tenha contribuído para a baixa adesão ou para a impossibilidade de aferição confiável.

9.5. Memória de cálculo do público pagável

A Contratada deverá apresentar, no Relatório de Aferição de Público, memória de cálculo específica do público pagável, contendo, no mínimo:

- público de referência do evento;
- público bruto apurado por fonte;
- público validado;
- percentual do público validado em relação ao público de referência;
- teto pagável aplicável;
- indicação de eventual superação do teto;
- indicação de eventual público inferior ao mínimo de 60%;
- justificativa para aplicação ou não do mínimo garantido;
- público pagável final;
- FAD aplicável;
- glosas incidentes, se houver;

- valor final da parcela variável.

A fiscalização deverá analisar a memória de cálculo apresentada e registrar, de forma expressa, sua concordância, ressalva ou discordância quanto ao público pagável indicado. A ausência de manifestação fundamentada poderá fragilizar o processo de liquidação da despesa, especialmente em hipóteses de divergência de dados, aplicação do mínimo garantido ou limitação pelo teto pagável.

9.6. Disposição de segurança

A validação do público pagável pela SETUR não afasta a possibilidade de revisão posterior da medição, caso sejam identificados erro material, inconsistência relevante, omissão de dados, falha metodológica, fraude, manipulação, duplicidade de contagem ou apontamento de órgão de controle.

Nessas hipóteses, a Administração poderá revisar o público pagável, instaurar auditoria específica, promover glosa, exigir ressarcimento, reduzir o FAD, aplicar sanções ou adotar outras providências previstas no contrato, na Matriz de Riscos e na legislação aplicável.

10. RELATÓRIO DE AFERIÇÃO DE PÚBLICO

A Contratada deverá apresentar, para cada evento, Relatório de Aferição de Público no prazo previsto no contrato, no Termo de Referência ou em determinação formal da fiscalização.

O Relatório de Aferição de Público constituirá o documento técnico responsável por consolidar os dados coletados durante o evento, demonstrar a metodologia efetivamente aplicada, apresentar os registros brutos e tratados, justificar eventuais divergências entre fontes, indicar o público validado e demonstrar o público pagável, quando aplicável.

O relatório não poderá se limitar à apresentação do número final de público. Deverá permitir a reconstrução integral do procedimento de aferição, desde a coleta dos dados até a consolidação do resultado, com indicação clara das fontes utilizadas, dos critérios de tratamento, das deduplicações realizadas, das inconsistências identificadas e da memória de cálculo adotada.

A finalidade do relatório é assegurar que a medição contratual seja fundada em evidências objetivas, verificáveis e auditáveis, permitindo à SETUR avaliar a confiabilidade dos dados apresentados antes de reconhecer o público validado, aplicar eventual teto de pagamento, analisar a incidência do mínimo garantido, calcular a parcela variável, aplicar o Fator de Ajuste de Desempenho — FAD ou determinar glosas e demais medidas contratuais.

A apresentação tempestiva, completa e tecnicamente adequada do Relatório de Aferição de Público constitui obrigação essencial da Contratada. A ausência do relatório, sua apresentação incompleta, a falta de dados brutos, a inexistência de memória de cálculo ou a impossibilidade de validação das informações poderão ensejar diligência, ressalva, desconsideração parcial dos dados, adoção de critério conservador, glosa, redução do FAD, auditoria específica ou aplicação das sanções cabíveis.

10.1. Identificação geral

O relatório deverá conter seção inicial destinada à identificação geral do evento e dos responsáveis pela aferição. Essa seção deverá permitir a vinculação inequívoca entre os dados apresentados e o evento efetivamente realizado, evitando dúvidas quanto ao período, local, escopo e responsáveis pela medição.

Deverão constar, no mínimo:

- nome do evento;
- data de realização;
- local;
- horários de abertura, pico e encerramento;
- responsáveis técnicos pela aferição;
- fornecedores envolvidos;
- fiscais ou representantes da SETUR que acompanharam a operação.

A identificação geral deverá ser compatível com o Plano de Aferição de Público previamente aprovado. Caso tenha havido alteração de local, horário, perímetro, acessos, programação ou dinâmica operacional, o relatório deverá registrar expressamente a alteração, indicar sua justificativa e demonstrar eventual impacto sobre a aferição.

Também deverão ser identificados os fornecedores de tecnologia, empresas subcontratadas, equipes operacionais e responsáveis técnicos envolvidos na coleta, processamento e consolidação dos dados, com indicação de suas respectivas atribuições. Essa identificação é indispensável para fins de rastreabilidade, eventual auditoria e apuração de responsabilidade em caso de falha técnica ou inconsistência relevante.

10.2. Metodologia aplicada

O relatório deverá descrever a metodologia efetivamente utilizada para a aferição de público, demonstrando sua aderência ao Plano de Aferição aprovado pela SETUR e às regras previstas neste POP.

A metodologia aplicada deverá ser apresentada de forma clara e suficientemente detalhada, permitindo que a fiscalização compreenda quais fontes foram utilizadas, como os dados foram coletados, quais critérios de tratamento foram adotados e como se chegou ao público validado. Não será suficiente a menção genérica a equipamentos, sistemas ou fontes de aferição; será necessária a explicitação do procedimento técnico efetivamente executado.

Deverão constar, no mínimo:

- descrição das fontes utilizadas;
- justificativa técnica da metodologia;
- mapas dos pontos de aferição;
- relação dos equipamentos utilizados;
- parâmetros de calibração;
- rotinas de coleta;
- critérios de tratamento dos dados;
- critérios de deduplicação;
- critérios de exclusão de registros inválidos;
- limitações metodológicas eventualmente identificadas.

A Contratada deverá informar se a metodologia executada corresponde integralmente à metodologia aprovada no Plano de Aferição. Havendo divergência, adaptação ou substituição de fonte, deverá apresentar justificativa técnica específica, acompanhada dos

registros de comunicação à fiscalização e dos documentos que demonstrem a necessidade da alteração.

As limitações metodológicas deverão ser expressamente reconhecidas no relatório. A omissão de limitações conhecidas, falhas de equipamentos, lacunas de dados, indisponibilidade de sistema ou inconsistências relevantes poderá ser considerada falha grave, especialmente quando comprometer a confiabilidade do público informado.

10.3. Dados por fonte

O relatório deverá apresentar os dados individualizados de cada fonte utilizada na aferição, de modo a permitir a análise isolada de sua confiabilidade e a posterior validação cruzada entre os resultados obtidos.

Para cada fonte utilizada, deverão ser apresentados:

- público bruto;
- público tratado;
- horário de coleta;
- local de coleta;
- responsável pela coleta;
- arquivo bruto correspondente;
- relatório técnico do sistema;
- observações de inconsistência ou limitação.

A apresentação dos dados por fonte deverá permitir a distinção entre o número inicialmente registrado e o número posteriormente tratado. Deverão ser indicadas as exclusões realizadas, as duplicidades removidas, os registros inválidos desconsiderados, os ajustes aplicados e as razões técnicas de cada tratamento.

Quando a fonte utilizada for automatizada, como catracas, sensores, QR Codes, pulseiras, sistemas de controle de acesso, câmeras com análise de imagem ou dados agregados de telefonia móvel, o relatório deverá ser acompanhado dos arquivos brutos ou relatórios técnicos correspondentes, de modo a permitir auditoria e conferência pela SETUR.

Quando a fonte for complementar, como contagem manual amostral, imagens, relatórios operacionais ou registros de mobilidade, deverá ser indicada sua função na metodologia: validação, auditoria, contextualização, conferência de fluxo ou suporte à análise de densidade.

Não serão considerados suficientes dados apresentados apenas em formato consolidado, sem indicação da fonte original, do horário de coleta, do local, do responsável e do arquivo bruto correspondente.

10.4. Validação cruzada

O relatório deverá conter seção própria de validação cruzada, destinada à comparação entre as fontes utilizadas e à demonstração da consistência do público proposto para validação.

O relatório deverá conter quadro comparativo entre as fontes, indicando:

- valor aferido por cada fonte;
- variação percentual entre elas;
- fonte considerada mais confiável;
- justificativa para eventual ponderação diferenciada;
- indicação de divergência superior a 10%, se houver;
- providências adotadas para saneamento ou explicação da divergência.

A validação cruzada deverá evidenciar se as fontes apresentaram convergência aceitável ou se houve divergência relevante, subsidiando a manifestação da fiscalização, que poderá concordar com a consolidação proposta, aprová-la com ressalvas, solicitar diligências, determinar auditoria, desconsiderar fonte inconsistente ou adotar critério conservador.

10.5. Memória de cálculo

A memória de cálculo deverá demonstrar, de forma clara e sequencial, a passagem do público bruto ao público validado e, posteriormente, do público validado ao público pagável.

A memória de cálculo deverá demonstrar:

- público bruto total;

- exclusões realizadas;
- deduplicações aplicadas;
- público validado;
- público pagável;
- incidência do teto de 115%, se aplicável;
- incidência do mínimo garantido, se aplicável;
- cálculo da parcela variável;
- eventual aplicação do FAD;
- eventual glosa ou ressalva.

A memória deverá ser suficientemente detalhada para permitir a conferência pela fiscalização, pelos órgãos de controle e por eventual auditoria técnica. Deverá indicar as fórmulas utilizadas, os percentuais aplicados, os critérios de exclusão, os quantitativos considerados em cada etapa e a justificativa para eventual aplicação de teto, mínimo garantido, glosa ou FAD.

O público validado deverá ser apresentado como resultado técnico da aferição. O público pagável deverá ser apresentado como resultado econômico-financeiro da aplicação das regras contratuais sobre o público validado. Essa distinção deverá constar expressamente do relatório, a fim de evitar interpretação de que todo público validado gera, automaticamente, pagamento integral.

Quando houver incidência do teto de 115%, o relatório deverá demonstrar o público de referência do evento, o limite máximo aplicável, o público validado e o público efetivamente considerado para pagamento. Quando houver pedido de aplicação do mínimo garantido, a Contratada deverá apresentar justificativa específica e demonstrar o cumprimento cumulativo das condições previstas no contrato e na Matriz de Riscos.

A aplicação do FAD e de eventuais glosas deverá ser apresentada em campo próprio, ainda que a decisão final caiba à Administração. A Contratada poderá indicar sua interpretação, mas a validação do valor final dependerá da análise da fiscalização e da autoridade competente, conforme o fluxo de medição previsto no contrato.

10.6. Anexos obrigatórios

O Relatório de Aferição de Público deverá ser acompanhado dos documentos e evidências necessários à verificação dos dados apresentados. Os anexos não possuem função meramente acessória; são elementos essenciais para a rastreabilidade, a auditabilidade e a segurança jurídica da medição.

Deverão acompanhar o relatório:

- logs dos sistemas;
- planilhas de dados brutos;
- relatórios dos fornecedores de tecnologia;
- fotografias dos pontos de aferição;
- registros de instalação dos equipamentos;
- certificados, laudos ou declarações técnicas dos equipamentos;
- mapa dos acessos e pontos de contagem;
- registros de intercorrências;
- comunicações realizadas à central de operações;
- relatório de fiscalização, quando houver;
- ata ou termo de validação conjunta, quando aplicável.

A ausência de anexos obrigatórios poderá comprometer a validação do público informado, especialmente quando impedir a conferência dos dados brutos, a verificação do funcionamento dos equipamentos, a análise das divergências ou a comprovação da metodologia aplicada.

Quando algum anexo não puder ser apresentado, a Contratada deverá justificar formalmente a impossibilidade, indicar o motivo da ausência, demonstrar se houve impacto sobre a aferição e apresentar documentação alternativa capaz de suprir a lacuna. A aceitação da justificativa dependerá de análise da SETUR, que poderá admitir a complementação, determinar diligência, aplicar ressalva ou desconsiderar a fonte afetada.

10.7. Efeitos da não apresentação ou apresentação inadequada

A não apresentação do Relatório de Aferição de Público no prazo previsto, ou sua apresentação sem os elementos mínimos exigidos, poderá impedir a validação do público informado e a regular liquidação da parcela variável correspondente.

A depender da gravidade da falha, a SETUR poderá:

- determinar complementação documental;
- suspender a validação da medição;
- adotar o menor público tecnicamente comprovável;
- desconsiderar fonte sem lastro documental;
- aplicar glosa;
- reduzir o FAD;
- determinar auditoria técnica;
- instaurar processo administrativo para apuração de responsabilidade;
- aplicar as sanções contratuais cabíveis.

Quando a insuficiência do relatório decorrer de falha imputável à Contratada, não será admitida a utilização dessa insuficiência como fundamento para aplicação do mínimo garantido ou para afastamento de glosa. A Contratada não poderá se beneficiar da própria deficiência documental ou metodológica.

11. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

A Contratada será responsável pela concepção, estruturação, execução, operação, documentação e comprovação da metodologia de aferição de público de cada evento abrangido pela contratação, devendo assegurar que todos os procedimentos adotados sejam compatíveis com este POP, com o Termo de Referência, com a Matriz de Riscos, com os Indicadores de Desempenho — KPIs, com o contrato administrativo e com as orientações formais expedidas pela fiscalização da SETUR.

A responsabilidade da Contratada abrange não apenas a disponibilização dos equipamentos e sistemas de aferição, mas também a garantia de que os dados produzidos sejam íntegros, rastreáveis, auditáveis, tecnicamente consistentes e aptos a subsidiar a validação do público pela Administração. Considerando que a aferição de público possui

impacto direto sobre a medição contratual, sobre o cálculo do público pagável, sobre a eventual incidência do Fator de Ajuste de Desempenho — FAD e sobre a regular liquidação da despesa, a Contratada deverá adotar padrão elevado de diligência técnica, documental e operacional.

A execução da aferição de público deverá observar o dever de boa-fé objetiva, cooperação, transparência, lealdade contratual e preservação do interesse público. Não será admitida a adoção de metodologia opaca, unilateral, não auditável ou dependente exclusivamente de informações sob controle da Contratada sem acesso aos registros brutos pela Administração. Também não será admitida a transferência à SETUR do ônus de reconstruir, estimar ou suprir posteriormente dados que deveriam ter sido coletados e preservados pela Contratada durante a execução do evento.

Compete à Contratada:

- elaborar o Plano de Aferição de Público de cada evento;
- submeter o plano à aprovação da SETUR no prazo contratual;
- contratar, instalar, operar e manter os equipamentos e sistemas de aferição;
- assegurar que os fornecedores de tecnologia permitam acesso aos dados brutos;
- manter equipe qualificada para operação dos sistemas;
- garantir a continuidade da aferição durante todo o evento;
- comunicar imediatamente qualquer falha, interrupção ou inconsistência;
- preservar os registros brutos;
- realizar backup dos dados;
- elaborar o Relatório de Aferição de Público;
- apresentar memória de cálculo clara e auditável;
- justificar divergências entre fontes;
- permitir a fiscalização presencial e documental pela SETUR;
- corrigir falhas metodológicas apontadas pela Administração;
- responder por manipulação, negligência, omissão de dados, falha metodológica ou resistência à auditoria.

A Contratada deverá garantir que os fornecedores, subcontratados, operadores de tecnologia, consultores ou quaisquer terceiros envolvidos na aferição de público observem integralmente as obrigações previstas neste POP. A contratação de terceiros para execução de

parcelas técnicas da aferição não afasta nem reduz a responsabilidade da Contratada perante a Administração, permanecendo esta integralmente responsável pela qualidade, integridade, disponibilidade e auditabilidade dos dados apresentados.

Sempre que forem utilizados sistemas, softwares, plataformas, sensores, câmeras, catracas, QR Codes, pulseiras, dados agregados de telefonia móvel ou outras tecnologias de medição, a Contratada deverá assegurar que os respectivos relatórios sejam acompanhados dos registros brutos, logs de operação, parâmetros metodológicos, identificação dos responsáveis técnicos e informações necessárias à conferência pela fiscalização. A mera apresentação de relatório conclusivo emitido por fornecedor, desacompanhado de base auditável ou de metodologia verificável, não será suficiente para fins de validação do público.

A Contratada também deverá manter comunicação permanente com a fiscalização e com a central de operações do evento, comunicando imediatamente qualquer falha técnica, indisponibilidade de sistema, interrupção de equipamento, inconsistência nos dados, alteração de fluxo, mudança de perímetro, abertura ou fechamento de acessos, impacto climático ou qualquer outra ocorrência capaz de afetar a aferição de público. A comunicação posterior, realizada apenas após o encerramento do evento, não será considerada suficiente quando a ocorrência exigir providência imediata ou registro contemporâneo.

A preservação dos registros brutos constitui obrigação essencial da Contratada. Deverão ser mantidos, em formato íntegro e acessível, todos os dados utilizados na aferição, incluindo logs, planilhas, imagens, relatórios técnicos, arquivos extraídos de sistemas, registros de instalação, registros de calibração, comunicações operacionais, relatórios de fornecedores e documentos de validação. A ausência injustificada desses elementos poderá comprometer a confiabilidade da aferição e ensejar a desconsideração parcial ou integral dos dados apresentados.

A Contratada deverá adotar mecanismos de backup e redundância compatíveis com a relevância dos dados coletados, de modo a prevenir perda de informações por falha de equipamento, instabilidade de sistema, erro operacional, queda de energia, indisponibilidade de internet ou qualquer outra intercorrência previsível. A perda de dados por ausência de backup adequado será considerada falha imputável à Contratada, salvo demonstração robusta de fato externo, imprevisível e inevitável, devidamente reconhecido pela Administração.

No Relatório de Aferição de Público, a Contratada deverá apresentar memória de cálculo clara, sequencial e auditável, demonstrando a passagem do público bruto ao público tratado, do público tratado ao público validado proposto e, quando aplicável, do público validado ao público pagável. Deverá, ainda, justificar divergências entre fontes, indicar critérios de deduplicação, demonstrar exclusões realizadas e apresentar as razões técnicas de eventual ponderação diferenciada entre as fontes utilizadas.

Caso a fiscalização identifique falhas metodológicas, lacunas documentais, inconsistências entre fontes, ausência de rastreabilidade ou fragilidade nos critérios de consolidação, a Contratada deverá promover as correções, complementações ou esclarecimentos solicitados, no prazo estabelecido pela Administração. O não atendimento injustificado às determinações da fiscalização poderá ensejar ressalva na medição, desconsideração de dados, glosa, redução do FAD, auditoria específica ou aplicação de sanções contratuais.

A Contratada não poderá se beneficiar de falha por ela causada ou de insuficiência documental decorrente de sua própria atuação. Assim, a ausência de dados, a impossibilidade de auditoria, a falha na coleta, a omissão de intercorrências ou a apresentação de metodologia insuficiente não poderão ser utilizadas como fundamento para aplicação do mínimo garantido, afastamento de glosa, majoração do público pagável ou reconhecimento de quantitativo não comprovado.

A Matriz de Riscos aloca à Contratada o risco de aferição fraudulenta ou inconsistente quando a falha decorrer de manipulação, negligência, ausência de documentação, falha metodológica, omissão de dados ou resistência à fiscalização, prevendo glosa, desconsideração de dados, adoção do menor público validado, auditoria especial, FAD reduzido e sanções em caso de fraude comprovada.

Sem prejuízo das consequências previstas na Matriz de Riscos, a constatação de manipulação, adulteração, omissão deliberada, duplicidade artificial, obstrução de auditoria ou apresentação de informação falsa poderá ensejar instauração de processo administrativo sancionador, rescisão contratual, aplicação de penalidades, ressarcimento ao erário e comunicação aos órgãos de controle competentes, observados o contraditório e a ampla defesa.

A responsabilidade da Contratada permanecerá vigente durante todo o ciclo de execução contratual e pelo prazo de guarda documental previsto no contrato, inclusive para fins de auditoria posterior, prestação de contas, apuração de inconsistências, revisão de medição ou atendimento a requisições de órgãos de controle interno e externo.

12. RESPONSABILIDADES DA SETUR

Compete à Secretaria Municipal de Turismo e Eventos — SETUR exercer a coordenação, o acompanhamento, a fiscalização, a validação e o controle administrativo da aferição de público dos eventos abrangidos pela contratação, nos limites de sua competência institucional e das atribuições conferidas à fiscalização contratual.

A atuação da SETUR terá por finalidade assegurar que a aferição de público seja realizada em conformidade com este POP, com o Termo de Referência, com a Matriz de Riscos, com os Indicadores de Desempenho — KPIs, com o contrato administrativo e com o Plano de Aferição de Público aprovado para cada evento.

A responsabilidade da SETUR não substitui nem reduz a responsabilidade técnica e operacional da Contratada pela execução da aferição. Cabe à Contratada estruturar, operar, documentar e comprovar a metodologia adotada. À SETUR compete avaliar a suficiência, a consistência, a rastreabilidade e a regularidade dos dados apresentados, podendo aprovar, ressaltar, contestar, determinar diligências ou adotar medidas corretivas quando necessário.

Dessa forma, a atuação da SETUR deve ser compreendida como função de fiscalização, controle, validação e tomada de decisão administrativa, e não como assunção da operação técnica dos sistemas de aferição. Essa distinção é relevante para evitar transferência indevida de responsabilidade à Administração por falhas operacionais, tecnológicas, documentais ou metodológicas imputáveis à Contratada.

Compete à SETUR:

- analisar e aprovar o Plano de Aferição de Público;
- indicar condicionantes metodológicas, quando necessário;
- acompanhar a instalação e operação dos sistemas de aferição;
- realizar fiscalização presencial ou remota;
- solicitar dados parciais durante o evento;

- registrar intercorrências relevantes;
- analisar o Relatório de Aferição de Público;
- validar, ressaltar ou contestar o público apresentado;
- determinar diligências complementares;
- instaurar auditoria específica quando houver indício de inconsistência;
- aplicar glosas, redução de FAD ou sanções, quando cabíveis;
- submeter à análise jurídica os casos que envolvam glosa relevante, sanção, reequilíbrio, dúvida de alocação de risco ou interpretação sensível.

A análise e aprovação do Plano de Aferição de Público pela SETUR deverá ocorrer antes da realização de cada evento, com o objetivo de verificar se a metodologia proposta pela Contratada é compatível com a natureza do evento, o local de realização, o grau de controle de acesso, a dinâmica de circulação, a quantidade estimada de público, a disponibilidade de fontes de aferição e a necessidade de validação cruzada.

A SETUR poderá aprovar o plano integralmente, aprová-lo com condicionantes ou determinar sua complementação, especialmente quando identificar fragilidade metodológica, insuficiência de fontes, ausência de dados auditáveis, concentração excessiva em fonte única, falta de plano de contingência, inexistência de critérios de deduplicação ou incompatibilidade entre a metodologia proposta e as características concretas do evento.

Durante a realização do evento, a SETUR poderá acompanhar a instalação, a ativação e a operação dos sistemas de aferição, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada pela execução técnica dos procedimentos. Esse acompanhamento poderá ocorrer por meio de fiscalização presencial, acesso remoto a painéis de controle, solicitação de extrações parciais, registro fotográfico, verificação dos pontos de aferição e acompanhamento das comunicações feitas à central de operações.

A SETUR deverá registrar as intercorrências relevantes observadas durante o evento, especialmente aquelas capazes de afetar a aferição de público, tais como falhas de equipamentos, alteração de acessos, mudança de perímetro, abertura ou fechamento de rotas, instabilidade de sistema, superlotação, dispersão antecipada, impacto climático, evacuação parcial, interrupção de programação ou divergência aparente entre o público observado e os dados informados.

Após o encerramento do evento, caberá à SETUR analisar o Relatório de Aferição de Público apresentado pela Contratada, verificando sua tempestividade, completude documental, aderência ao Plano de Aferição aprovado, coerência metodológica, suficiência dos registros brutos, consistência da validação cruzada, adequação da memória de cálculo e compatibilidade entre o público validado e o público pagável proposto.

A validação do público pela SETUR deverá ser expressamente motivada, especialmente quando houver impacto financeiro relevante, aplicação do teto de 115%, incidência do mínimo garantido, divergência superior ao limite de tolerância, desconsideração de fonte, glosa, redução do FAD, auditoria técnica ou contestação dos dados apresentados pela Contratada.

A SETUR poderá determinar diligências complementares sempre que os documentos apresentados forem insuficientes para a validação segura do público. As diligências poderão envolver solicitação de dados brutos, logs de sistema, planilhas originais, relatórios de fornecedores, fotografias, registros de instalação, certificados de equipamentos, esclarecimentos técnicos, memória de cálculo revisada ou manifestação específica sobre divergências entre fontes.

Quando houver indício de inconsistência relevante, falha metodológica, ausência de rastreabilidade, divergência não justificada, possível manipulação de dados, resistência à fiscalização ou impacto financeiro expressivo, a SETUR poderá instaurar auditoria específica, diretamente ou com apoio de equipe técnica especializada. A auditoria poderá abranger o reprocessamento dos dados, a análise de logs, a conferência de imagens, a inspeção de equipamentos, a verificação de relatórios de fornecedores e a comparação com fontes externas ou complementares.

A SETUR também deverá zelar pela correta aplicação dos efeitos contratuais decorrentes da aferição. Assim, quando a falha identificada comprometer a confiabilidade do público informado ou decorrer de conduta imputável à Contratada, a Administração poderá aplicar glosa, reduzir o FAD, desconsiderar fonte inconsistente, adotar o menor público tecnicamente validável, determinar complementação documental, instaurar processo administrativo sancionador ou aplicar outras medidas previstas no contrato.

A Matriz de Riscos prevê que casos envolvendo aferição de público, glosa relevante, reequilíbrio econômico-financeiro, sanção ou dúvida de alocação de risco podem demandar apoio técnico especializado e análise jurídica, separando corretamente a verificação técnica do controle de legalidade.

Essa separação é importante: a fiscalização contratual deve se manifestar sobre os fatos, os dados, a metodologia, os registros e os efeitos técnicos da aferição; a análise jurídica, quando necessária, deve avaliar o enquadramento normativo, a regularidade do procedimento, a aplicação de sanções, a possibilidade de glosa relevante, a incidência de reequilíbrio econômico-financeiro e a interpretação da Matriz de Riscos.

Nos casos de dúvida sensível, a SETUR deverá evitar decisões precipitadas ou exclusivamente intuitivas, devendo instruir o processo com os documentos técnicos necessários, manifestação da fiscalização, relatório da Contratada, eventuais diligências, análise da Matriz de Riscos e, quando cabível, parecer jurídico. Essa cautela fortalece a motivação do ato administrativo, reduz risco de questionamento por órgãos de controle e preserva a segurança jurídica da execução contratual.

A atuação da SETUR deverá ser documentada nos autos do processo de execução contratual, com registro das análises realizadas, das decisões adotadas, das diligências determinadas, das manifestações da Contratada e das conclusões da fiscalização. A ausência de documentação adequada poderá fragilizar a liquidação da despesa e a defesa posterior dos atos praticados pela Administração.

Por fim, a validação realizada pela SETUR não impede revisão posterior da medição, caso sejam identificados erro material, omissão de dados, inconsistência relevante, fraude, manipulação, duplicidade de contagem ou apontamento de órgão de controle. Nesses casos, a Administração poderá reabrir a análise, determinar nova auditoria, revisar o público pagável, aplicar glosa, exigir ressarcimento ou adotar as demais providências contratuais e legais cabíveis.

13. AUDITORIA E AFERIÇÃO

A SETUR poderá determinar auditoria específica da aferição de público sempre que forem identificados indícios de inconsistência, fragilidade metodológica, ausência de

rastreabilidade, divergência relevante entre fontes, possível manipulação de dados ou qualquer circunstância capaz de comprometer a confiabilidade do público informado pela Contratada.

A auditoria da aferição não se confunde com a fiscalização ordinária do contrato. Enquanto a fiscalização ordinária corresponde ao acompanhamento regular da execução contratual, a auditoria específica possui natureza técnica, corretiva e verificadora, sendo instaurada quando os elementos apresentados não forem suficientes para permitir a validação segura do público aferido ou quando houver risco de impacto indevido sobre a medição, a remuneração variável, o Fator de Ajuste de Desempenho — FAD ou a regular liquidação da despesa.

A instauração de auditoria poderá ocorrer por iniciativa da fiscalização contratual, por determinação da autoridade competente, por provocação de unidade de controle interno, por questionamento de órgão de controle externo ou em razão de fatos supervenientes identificados após a apresentação do Relatório de Aferição de Público.

A auditoria terá por finalidade verificar a integridade dos dados, a regularidade da metodologia aplicada, a compatibilidade entre o público declarado e as evidências disponíveis, a existência de duplicidades ou inconsistências, a adequação dos equipamentos utilizados, a confiabilidade dos registros brutos e a conformidade da aferição com o Plano de Aferição aprovado, com este POP, com o Termo de Referência, com a Matriz de Riscos e com os demais instrumentos contratuais.

A SETUR poderá determinar auditoria específica da aferição quando houver:

- divergência superior a 10% entre fontes sem justificativa técnica suficiente;
- ausência de registros brutos;
- falha relevante de equipamento;
- inconsistência entre relatório, imagens e dados operacionais;
- resistência da Contratada ou de fornecedor ao fornecimento de dados;
- suspeita de duplicidade de contagem;
- suspeita de manipulação de dados;
- incompatibilidade entre público declarado e capacidade física do espaço;
- incompatibilidade entre público declarado e fluxos de entrada e saída;

- inconsistência entre público declarado e registros de segurança, mobilidade ou operação;
- questionamento formal por órgão de controle;
- Indício de impacto indevido sobre a remuneração variável.

A existência de qualquer uma dessas hipóteses não implica, por si só, reconhecimento automático de irregularidade, fraude ou descumprimento contratual. Contudo, constitui fundamento suficiente para suspensão da validação definitiva do público, determinação de diligências complementares, reanálise da medição ou instauração de procedimento técnico de auditoria, observados o contraditório e a ampla defesa quando houver possibilidade de aplicação de glosa, sanção ou outra consequência desfavorável à Contratada.

A auditoria poderá abranger:

- reprocessamento dos dados brutos;
- conferência de logs;
- análise de imagens;
- inspeção dos equipamentos;
- consulta a fornecedores;
- comparação com bases externas;
- análise de densidade espacial;
- oitiva de fiscais e operadores;
- emissão de parecer técnico conclusivo.

O escopo da auditoria deverá ser definido de acordo com a natureza da inconsistência identificada. Em caso de divergência entre fontes, a auditoria poderá concentrar-se na comparação metodológica e na análise da confiabilidade relativa de cada fonte. Em caso de ausência de registros brutos, deverá verificar a possibilidade de recomposição dos dados por fontes alternativas. Em caso de suspeita de manipulação, deverá abranger a conferência de logs, trilhas de auditoria, relatórios de sistema, registros de alteração, arquivos originais e demais elementos capazes de demonstrar a integridade ou a fragilidade dos dados apresentados.

Sempre que necessário, a SETUR poderá solicitar apoio técnico especializado para a realização da auditoria, especialmente quando a aferição envolver tecnologias específicas,

dados agregados de telefonia móvel, análise automatizada de imagens, sensores, softwares proprietários, bases estatísticas, georreferenciamento ou outros instrumentos cuja avaliação demande conhecimento técnico não disponível internamente.

A Contratada deverá franquear à SETUR e aos responsáveis pela auditoria pleno acesso aos documentos, sistemas, arquivos, registros brutos, relatórios técnicos, logs, imagens, planilhas, fornecedores, operadores e demais informações necessárias à verificação da aferição. A recusa injustificada, a demora excessiva, a apresentação incompleta de dados ou a obstrução da auditoria poderão ser consideradas falhas graves, sem prejuízo da adoção das medidas contratuais cabíveis.

Quando a auditoria envolver fornecedores de tecnologia contratados pela Contratada, esta deverá assegurar a cooperação integral desses terceiros, inclusive mediante apresentação de relatórios técnicos, bases de dados, declarações metodológicas, registros de sistema e esclarecimentos necessários. A eventual alegação de sigilo comercial, limitação contratual ou indisponibilidade do fornecedor não poderá ser oposta à Administração para impedir a verificação dos dados que fundamentam a medição contratual, ressalvado o tratamento adequado de informações protegidas, quando aplicável.

A auditoria deverá ser documentada em relatório ou parecer técnico conclusivo, contendo, no mínimo, a identificação do evento, a inconsistência que motivou a auditoria, as fontes analisadas, os documentos examinados, os procedimentos realizados, as limitações encontradas, as conclusões técnicas e, quando possível, a indicação do público tecnicamente validável.

O parecer técnico conclusivo poderá recomendar:

- validação integral do público informado;
- validação com ressalvas;
- desconsideração de fonte inconsistente;
- adoção do menor público tecnicamente comprovável;
- revisão do público validado;
- revisão do público pagável;
- aplicação de glosa;
- redução do FAD;

- realização de nova diligência;
- instauração de processo administrativo sancionador;
- comunicação à unidade de controle interno ou ao órgão de controle competente;
- adoção de medidas de aprimoramento metodológico para eventos futuros.

Quando a auditoria concluir pela existência de falha metodológica, inconsistência relevante ou ausência de comprovação suficiente, a SETUR poderá adotar critério conservador para fins de medição, especialmente quando houver impacto financeiro sobre a remuneração variável. Nessa hipótese, poderá ser considerado o menor público tecnicamente validável entre as fontes confiáveis, sem prejuízo da aplicação de glosas, redução do FAD ou outras consequências previstas no contrato.

Quando a auditoria identificar indícios de fraude, manipulação, adulteração de dados, duplicidade artificial, omissão deliberada de informações ou resistência injustificada ao fornecimento de documentos, a SETUR deverá adotar as providências cabíveis para apuração de responsabilidade, observando o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa. Conforme a gravidade do caso, poderão ser aplicadas sanções contratuais, determinada a restituição de valores, instaurado processo administrativo sancionador ou realizada comunicação aos órgãos de controle competentes.

A instauração de auditoria poderá suspender a validação definitiva do público e a liquidação da parcela controvertida da remuneração, até que sejam concluídas as verificações necessárias. Caso apenas parte da medição esteja sob questionamento, a SETUR poderá, mediante decisão motivada, prosseguir com a liquidação da parcela incontroversa, preservando a análise da parcela dependente de validação técnica.

A auditoria da aferição deverá observar, sempre que aplicável, a proteção de dados pessoais, a preservação de informações sensíveis, a cadeia de custódia dos arquivos analisados e a integridade dos registros originais. Quando houver tratamento de dados agregados ou anonimizados, especialmente em bases de telefonia móvel, imagens ou sistemas automatizados, a auditoria deverá avaliar a metodologia de anonimização, a delimitação geográfica, a janela temporal, os critérios de permanência e as limitações estatísticas do método.

Por fim, a auditoria da aferição deverá ser compreendida como instrumento de proteção recíproca da Administração, da Contratada e do interesse público. Para a Administração, assegura que o pagamento seja realizado com base em dados confiáveis. Para a Contratada, permite demonstrar tecnicamente a regularidade da execução quando houver dúvida ou questionamento.

14. TRATAMENTO DE FALHAS E INCONSISTÊNCIAS

As falhas, inconsistências, lacunas documentais ou irregularidades identificadas no procedimento de aferição de público deverão ser classificadas de acordo com sua natureza, gravidade, impacto sobre a confiabilidade dos dados, potencial repercussão financeira e possibilidade de saneamento.

A classificação das falhas tem por finalidade orientar a atuação da fiscalização contratual, conferir proporcionalidade às medidas adotadas, evitar decisões arbitrárias e assegurar tratamento coerente entre situações semelhantes. Não se trata, portanto, de simples rol punitivo, mas de mecanismo de governança da execução contratual, destinado a separar falhas formais saneáveis de ocorrências capazes de comprometer a medição, a liquidação da despesa, a aplicação do FAD ou a regularidade do pagamento.

As falhas de aferição serão classificadas em leves, médias, graves ou gravíssimas, sem prejuízo de reclassificação pela SETUR quando, no caso concreto, forem identificados elementos que ampliem ou reduzam sua gravidade. A classificação deverá considerar, entre outros fatores, a extensão da falha, sua recorrência, a conduta da Contratada, a existência de boa-fé, a tempestividade da comunicação à fiscalização, a possibilidade de recomposição dos dados, o impacto sobre o público validado, o risco de pagamento indevido e a existência de prejuízo efetivo ou potencial ao erário.

A adoção de qualquer consequência deverá observar os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, motivação, contraditório e ampla defesa, especialmente quando puder resultar em glosa, redução do FAD, multa, rescisão contratual, ressarcimento ao erário ou instauração de processo administrativo sancionador. Quando a medida tiver natureza meramente saneadora, como solicitação de correção ou complementação documental, a SETUR poderá determinar a providência diretamente no âmbito da fiscalização, registrando a ocorrência nos autos.

A classificação aqui prevista não afasta a aplicação das disposições constantes do Termo de Referência, do contrato, da Matriz de Riscos, dos Indicadores de Desempenho — KPIs e da legislação aplicável. Havendo conflito aparente entre os instrumentos, deverá prevalecer a interpretação que melhor preserve a rastreabilidade da aferição, a regularidade da medição, a proteção do interesse público e a segurança jurídica da execução contratual.

14.1. Falhas leves

São falhas leves aquelas que não comprometem a confiabilidade global da aferição, não alteram o público validado, não geram impacto financeiro relevante e podem ser saneadas por documentação complementar, correção formal ou esclarecimento pontual da Contratada.

As falhas leves normalmente dizem respeito a impropriedades formais, omissões acessórias ou inconsistências de baixa materialidade, desde que os dados principais permaneçam íntegros, rastreáveis e auditáveis. Ainda assim, deverão ser registradas pela fiscalização, especialmente para fins de controle de reincidência e avaliação do desempenho da Contratada.

Exemplos:

- atraso pontual na apresentação de documento acessório;
- pequena inconsistência formal em planilha;
- ausência de fotografia de ponto secundário, desde que suprida por outros registros;
- erro material sem impacto no cálculo final.

Possíveis consequências:

- solicitação de correção;
- registro de ressalva;
- advertência, em caso de reincidência.

A caracterização da falha como leve dependerá da demonstração de que a ocorrência não prejudicou a validação cruzada, não comprometeu os dados brutos, não impediu a fiscalização e não interferiu no cálculo do público validado ou do público pagável. Caso a

falha inicialmente considerada leve se revele recorrente, deliberada ou associada a outras inconsistências, poderá ser reclassificada como média ou grave, conforme o caso.

A SETUR poderá conceder prazo para correção ou complementação documental, devendo a Contratada atender à solicitação de forma tempestiva e integral. O saneamento adequado da falha leve poderá afastar consequências adicionais, sem prejuízo do registro da ocorrência no processo de execução contratual.

14.2. Falhas médias

São falhas médias aquelas que geram dúvida parcial sobre determinada fonte de aferição, registro, documento ou etapa metodológica, mas não contaminam integralmente o conjunto probatório nem impedem, por si só, a validação do público mediante diligência, correção, ponderação técnica ou desconsideração parcial da fonte afetada.

As falhas médias possuem maior relevância que as falhas leves porque podem afetar uma parcela da aferição, gerar divergência entre fontes ou exigir análise técnica adicional pela fiscalização. Contudo, não chegam, em regra, a comprometer toda a metodologia, desde que existam outras fontes confiáveis, dados brutos suficientes e possibilidade de saneamento.

Exemplos:

- falha temporária em equipamento;
- lacuna parcial de dados;
- divergência entre fontes próxima ou superior ao limite de tolerância;
- atraso injustificado no relatório;
- insuficiência inicial de justificativa técnica.

Possíveis consequências:

- diligência complementar;
- desconsideração parcial da fonte;
- aplicação de ressalva;
- redução proporcional do FAD;
- glosa proporcional, se houver impacto financeiro.

A SETUR deverá avaliar se a falha média afetou apenas uma fonte específica ou se produziu reflexos sobre a consolidação geral do público. Quando houver fontes alternativas confiáveis, a fiscalização poderá validar o público com ressalvas, desde que motive a decisão e demonstre que a inconsistência foi adequadamente isolada, corrigida ou compensada por outros elementos probatórios.

Quando a falha média tiver impacto financeiro identificável, poderá ser aplicada glosa proporcional, limitada ao valor afetado pela inconsistência. A redução do FAD também poderá ocorrer quando a falha representar descumprimento de indicador relacionado à qualidade da aferição, à tempestividade do relatório, à confiabilidade dos dados ou à regularidade operacional.

A reincidência de falhas médias, especialmente quando demonstrar deficiência estrutural da metodologia, ausência de controle interno da Contratada ou descumprimento reiterado das determinações da fiscalização, poderá justificar sua reclassificação como falha grave.

14.3. Falhas graves

São falhas graves aquelas que comprometem a confiabilidade de fonte relevante, prejudicam a metodologia de aferição, impedem a validação segura de parcela substancial dos dados ou demonstram descumprimento significativo das obrigações previstas no Plano de Aferição de Público, neste POP, no Termo de Referência ou no contrato.

As falhas graves exigem resposta administrativa mais rigorosa, pois podem afetar diretamente a medição contratual, gerar risco de pagamento indevido, impedir a correta aplicação do público pagável ou comprometer a rastreabilidade da despesa. Nesses casos, a SETUR deverá avaliar a necessidade de desconsideração da fonte afetada, adoção de critério conservador, glosa, redução do FAD, auditoria especial ou instauração de processo administrativo.

Exemplos:

- ausência de dados brutos de fonte essencial;
- divergência superior a 10% sem justificativa idônea;
- impossibilidade de auditoria de fonte utilizada;

- falta de backup;
- descumprimento do Plano de Aferição aprovado;
- utilização de metodologia não aprovada;
- resistência injustificada ao fornecimento de dados.

Possíveis consequências:

- desconsideração da fonte inconsistente;
- adoção do menor público validado;
- glosa;
- redução do FAD;
- auditoria especial;
- advertência ou multa;
- abertura de processo administrativo.

A ausência de dados brutos, a impossibilidade de auditoria ou a utilização de metodologia diversa daquela aprovada comprometem ponto essencial da aferição: a capacidade de reconstruir tecnicamente o número apresentado. Sem trilha de auditoria, o quantitativo informado não se sustenta perante a fiscalização e os órgãos de controle.

Quando a falha grave comprometer apenas uma fonte, mas existirem outras fontes independentes, completas e confiáveis, a SETUR poderá desconsiderar a fonte inconsistente e consolidar o público com base nas demais. Quando a falha atingir a metodologia como um todo, a fiscalização poderá adotar o menor público tecnicamente válido, aplicar glosa e determinar auditoria especial.

A abertura de processo administrativo deverá ser considerada quando a falha grave indicar descumprimento contratual relevante, resistência injustificada, prejuízo à fiscalização, impacto financeiro significativo ou reincidência. A aplicação de penalidades deverá observar o devido processo legal, com garantia de contraditório e ampla defesa.

14.4. Falhas gravíssimas

São falhas gravíssimas aquelas que indiquem manipulação, fraude, falsificação, adulteração, omissão deliberada de dados, conluio, destruição de registros ou tentativa de induzir a Administração a erro ou a pagamento indevido.

As falhas gravíssimas ultrapassam a esfera da inconsistência técnica e ingressam no campo da irregularidade substancial, potencialmente sancionável. Nesses casos, além das consequências contratuais imediatas sobre a aferição e o pagamento, poderá haver necessidade de instauração de processo administrativo sancionador, apuração de dano ao erário, rescisão contratual e comunicação aos órgãos de controle competentes.

Exemplos:

- adulteração de logs;
- duplicação intencional de registros;
- omissão deliberada de falha relevante;
- apresentação de dado sabidamente falso;
- obstrução de auditoria;
- conluio com fornecedor de tecnologia para inflar público;
- destruição ou ocultação de dados brutos.

Possíveis consequências:

- desconsideração integral dos dados contaminados;
- adoção do menor público tecnicamente validável;
- glosa integral do valor afetado;
- FAD reduzido;
- instauração de processo administrativo sancionador;
- rescisão contratual;
- ressarcimento ao erário;
- comunicação aos órgãos de controle, quando cabível.

A caracterização de falha gravíssima deverá ser devidamente motivada e instruída com elementos técnicos e documentais suficientes, especialmente quando houver imputação de fraude, manipulação ou conduta dolosa. A simples existência de divergência numérica, por si só, não caracteriza falha gravíssima; é necessário que haja indícios consistentes de adulteração, ocultação, má-fé, obstrução ou tentativa de obtenção de vantagem indevida.

Quando houver suspeita fundada de falha gravíssima, a SETUR poderá suspender a validação definitiva do público, reter a parcela controvertida da remuneração, instaurar

auditoria especial e adotar medidas de preservação de provas, inclusive exigindo a imediata disponibilização de registros brutos, logs, imagens, relatórios de sistema e comunicações operacionais.

Caso a auditoria ou o processo administrativo confirme a ocorrência de fraude, manipulação ou apresentação de dado falso com impacto financeiro, a Administração poderá promover glosa integral do valor afetado, exigir ressarcimento ao erário e aplicar as sanções cabíveis, sem prejuízo de eventual comunicação aos órgãos de controle, ao controle interno, ao Ministério Público ou a outras autoridades competentes, conforme a natureza da irregularidade apurada.

14.5. Critérios para reclassificação da falha

A classificação inicial da falha poderá ser revista pela SETUR sempre que novos elementos demonstrarem gravidade diversa daquela inicialmente identificada. Essa reclassificação deverá ser motivada e registrada nos autos, especialmente quando implicar agravamento das consequências aplicáveis à Contratada.

A falha poderá ser reclassificada para grau superior quando houver:

- reincidência;
- omissão de informação relevante;
- resistência ao saneamento;
- impacto financeiro não identificado inicialmente;
- comprometimento de fonte essencial;
- indício de má-fé;
- prejuízo à auditoria;
- descumprimento de determinação da fiscalização;
- apresentação de justificativa falsa, incompleta ou contraditória.

Também poderá haver reclassificação para grau inferior quando a Contratada demonstrar, de forma tempestiva e documentalmente comprovada, que a falha não comprometeu a confiabilidade dos dados, não gerou impacto financeiro, foi prontamente comunicada à fiscalização e foi integralmente saneada.

14.6. Aplicação proporcional das consequências

A aplicação das consequências deverá observar a proporcionalidade entre a falha identificada, o grau de culpa da Contratada, a extensão do impacto sobre a aferição, a possibilidade de saneamento e a repercussão financeira da inconsistência.

Sempre que possível, as medidas deverão priorizar a recomposição da confiabilidade da medição, por meio de correção, complementação documental, diligência ou auditoria. Todavia, quando a falha comprometer a rastreabilidade, impedir a auditoria, gerar risco de pagamento indevido ou revelar conduta grave da Contratada, a SETUR deverá adotar medidas restritivas, inclusive glosa, redução do FAD, desconsideração de dados e instauração de processo administrativo.

A glosa deverá ser preferencialmente proporcional ao valor afetado pela falha. Quando não for possível delimitar com segurança o impacto financeiro da inconsistência, a SETUR poderá adotar critério conservador, inclusive com utilização do menor público tecnicamente validável entre as fontes confiáveis.

A redução do FAD deverá observar os critérios definidos nos Indicadores de Desempenho — KPIs e a gravidade da falha em relação à qualidade, tempestividade e confiabilidade da aferição. A aplicação de sanções deverá seguir o procedimento previsto no contrato e na legislação aplicável, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15. RELAÇÃO COM O FATOR DE AJUSTE DE DESEMPENHO - FAD

A aferição de público integra o eixo “Aferição de Público e Operacional”, com peso de 20% no cálculo do Fator de Ajuste de Desempenho — FAD, conforme previsto nos Indicadores de Desempenho — KPIs da contratação.

Essa vinculação confere consequência prática à qualidade da aferição. O cumprimento do POP não constitui apenas obrigação acessória ou procedimento documental de apoio, mas componente direto da avaliação de desempenho da Contratada. Em outras palavras, a forma como a Contratada mede, documenta, justifica e comprova o público impacta não apenas a validação do público pagável, mas também sua nota de desempenho e, quando aplicável, o valor final da remuneração variável.

O FAD tem por finalidade ajustar a remuneração ao desempenho efetivamente entregue, evitando que a Contratada receba integralmente quando houver falhas operacionais, metodológicas, documentais ou de confiabilidade na execução contratual. No caso da aferição de público, essa lógica é especialmente relevante, porque o dado aferido serve de base para a própria medição econômica da contratação. Assim, se a aferição é frágil, inconsistente ou não auditável, o problema não é apenas formal: ele atinge o núcleo da liquidação da despesa.

O cumprimento integral deste POP, com apresentação tempestiva do Relatório de Aferição de Público, convergência adequada entre fontes, preservação dos dados brutos, memória de cálculo clara, justificativa técnica para eventuais divergências e validação pela fiscalização, constitui condição para pontuação satisfatória no eixo “Aferição de Público e Operacional”.

Para fins de avaliação do FAD, deverão ser considerados, entre outros elementos:

- a entrega tempestiva do Plano de Aferição de Público;
- a aprovação prévia da metodologia pela SETUR;
- a utilização de fontes compatíveis com a natureza do evento;
- a existência de validação cruzada entre fontes;
- a preservação dos registros brutos;
- a rastreabilidade dos dados apresentados;
- a clareza da memória de cálculo;
- a apresentação tempestiva do Relatório de Aferição;
- a justificativa adequada de divergências;
- a cooperação da Contratada com a fiscalização;
- a correção tempestiva de falhas apontadas pela Administração;
- a inexistência de manipulação, omissão ou inconsistência relevante.

Poderão ensejar redução do FAD:

- entrega intempestiva do Relatório de Aferição;
- divergência relevante entre fontes sem justificativa;
- ausência de rastreabilidade;
- falha operacional com impacto na aferição;

- inconsistência metodológica;
- descumprimento do Plano de Aferição;
- resistência à fiscalização;
- ausência de documentação comprobatória;
- manipulação ou suspeita fundada de manipulação dos dados.

A redução do FAD deverá observar a gravidade da falha, sua extensão, seu impacto sobre a confiabilidade da aferição, a possibilidade de saneamento, a reincidência e a eventual repercussão financeira sobre o público pagável. Falhas meramente formais, sem impacto sobre a validação dos dados, poderão ensejar ressalva ou advertência, enquanto falhas que comprometam a rastreabilidade, impeçam auditoria ou gerem risco de pagamento indevido poderão justificar redução mais expressiva do FAD, glosa e adoção de outras medidas contratuais.

A aplicação de redução do FAD não afasta, quando cabível, a aplicação simultânea de outras consequências previstas no contrato, tais como diligência complementar, desconsideração de fonte inconsistente, adoção do menor público tecnicamente validável, glosa, auditoria especial, advertência, multa ou instauração de processo administrativo sancionador. Cada medida possui finalidade própria: o FAD ajusta a remuneração ao desempenho; a glosa corrige impacto financeiro indevido; a auditoria esclarece a confiabilidade dos dados; e a sanção responde ao descumprimento contratual.

Os KPIs deixam claro que inconsistência na aferição, atraso no relatório, falhas operacionais e ausência de rastreabilidade podem ensejar redução do FAD, glosa, advertência, correção, auditoria e demais medidas contratuais. Essa previsão reforça a necessidade de que a aferição seja tratada como obrigação essencial da execução contratual, e não como formalidade posterior ao evento.

A avaliação do eixo de aferição de público deverá ser fundamentada pela fiscalização, com registro das evidências analisadas, das falhas eventualmente identificadas, das justificativas apresentadas pela Contratada e da pontuação atribuída. Quando houver redução do FAD, a decisão deverá indicar o fato gerador, o dispositivo contratual ou indicador correspondente, o impacto da falha e a justificativa da redução aplicada.

A Contratada poderá apresentar esclarecimentos ou documentos complementares antes da consolidação definitiva da avaliação, quando a redução do FAD decorrer de falha passível de saneamento ou de divergência técnica entre as fontes. Todavia, não será admitido o saneamento meramente formal de falhas que tenham comprometido a coleta contemporânea dos dados, a preservação dos registros brutos ou a possibilidade de auditoria.

Também deverá ser observada a relação entre FAD e público pagável. A validação do público não impede a redução do FAD quando a metodologia apresentar falhas relevantes de execução, atraso, documentação ou rastreabilidade. Da mesma forma, a redução do FAD não substitui a análise do público pagável, nem impede a aplicação de glosa quando houver impacto financeiro direto sobre a medição.

Assim, poderão coexistir, conforme o caso:

- público validado com redução de FAD, quando os dados forem aproveitáveis, mas houver falha de desempenho;
- público parcialmente validado com glosa, quando determinada fonte ou parcela da aferição for inconsistente;
- público não validado com auditoria especial, quando a inconsistência impedir conclusão segura;
- público validado sem redução de FAD, quando houver cumprimento integral do POP e adequada comprovação documental.

A vinculação entre POP, KPIs e FAD fortalece a governança da contratação ao transformar a aferição de público em obrigação mensurável, verificável e financeiramente relevante. Com isso, a Administração reduz a margem de subjetividade na avaliação da execução, protege o erário contra pagamentos baseados em dados frágeis e estimula a Contratada a manter padrão elevado de controle operacional e documental.

16. RELAÇÃO COM A MATRIZ DE RISCOS

Este POP deverá ser interpretado de forma integrada à Matriz de Riscos da contratação, uma vez que a aferição de público constitui elemento diretamente relacionado à alocação de responsabilidades, à definição do público pagável, à incidência do mínimo

garantido, à aplicação de glosas, ao cálculo da remuneração variável, à avaliação do FAD e à eventual análise de reequilíbrio econômico-financeiro.

A Matriz de Riscos estabelece a distribuição objetiva dos riscos entre a Contratante e a Contratada, indicando qual parte deverá suportar os efeitos de determinados eventos, quais hipóteses poderão gerar ajustes contratuais, quais situações ensejarão glosa ou sanção e quais fatos dependerão de documentação específica para produzir efeitos jurídicos ou financeiros. Nesse contexto, o POP atua como instrumento operacional de comprovação, destinado a demonstrar, com base em evidências, se determinado evento de risco efetivamente ocorreu, qual foi seu impacto sobre o público afetado e se há nexo causal entre a ocorrência registrada e eventual variação de público.

A aferição de público não pode ser analisada de forma isolada, como se fosse apenas uma etapa estatística ou operacional. Ela integra a lógica de gestão de riscos da contratação porque influencia diretamente a definição de quanto público foi efetivamente atendido, quanto poderá ser reconhecido para fins de pagamento, se houve falha imputável à Contratada, se há justificativa para aplicação do mínimo garantido e se eventual baixa ou elevação de público decorreu de fator alocado à Administração, à Contratada, a terceiros ou a evento extraordinário.

Em especial, deverão ser observadas as regras relativas a:

- riscos de demanda;
- variação de público;
- falhas de aferição;
- divergência entre fontes;
- eventos climáticos;
- cancelamento total ou parcial;
- falhas de infraestrutura;
- reequilíbrio econômico-financeiro;
- glosas;
- sanções;
- aplicação do mínimo garantido;
- limitação ao teto de público pagável.

A Matriz de Riscos estabelece como princípios a alocação do risco a quem melhor o gerencia, a limitação ao teto de referência, a utilização de gatilhos objetivos e a documentação prévia, contemporânea e tempestiva. Esses princípios são especialmente relevantes para a aferição de público, porque impedem que dados frágeis, estimativas genéricas ou justificativas posteriores sejam convertidos automaticamente em pagamento, revisão contratual ou reconhecimento de responsabilidade da Administração.

O princípio da alocação do risco a quem melhor o gerencia exige que a análise da aferição considere qual parte possuía capacidade de prevenir, controlar, mitigar ou documentar o fato que impactou o público. Assim, falhas de montagem, segurança, operação de acessos, comunicação, infraestrutura, controle de fluxo, sistemas de aferição ou preservação de dados tendem a permanecer na esfera de responsabilidade da Contratada, quando decorrentes de sua atuação direta ou de seus fornecedores. Por outro lado, fatos externos, atos unilaterais da Administração, determinações de autoridades públicas, eventos climáticos excepcionais ou situações não gerenciáveis pela Contratada deverão ser examinados conforme a alocação específica prevista na Matriz de Riscos.

A limitação ao teto de referência impede que variações positivas de público gerem pagamento ilimitado ou imprevisível. Ainda que o público validado seja superior ao público de referência, o público pagável deverá observar o teto de 115%, salvo disposição contratual diversa. Essa regra preserva a previsibilidade orçamentária da contratação e evita que o aumento de demanda, por si só, produza obrigação financeira superior ao limite previamente planejado e aceito pela Administração.

A utilização de gatilhos objetivos exige que eventos capazes de alterar a medição, justificar glosa, ensejar aplicação de mínimo garantido ou fundamentar pedido de reequilíbrio estejam vinculados a fatos verificáveis, documentos contemporâneos e critérios previamente definidos. Não basta alegar que choveu, que o público foi menor, que houve dispersão antecipada ou que determinado equipamento falhou. É necessário demonstrar o fato, seu horário, sua duração, sua intensidade, sua repercussão sobre o público e sua relação com a execução contratual.

A documentação prévia, contemporânea e tempestiva constitui requisito essencial para a produção de efeitos contratuais. Ocorrências que afetem a aferição de público deverão ser registradas no momento em que se verificarem, por meio de relatórios, comunicações à

fiscalização, registros da central de operações, imagens, logs, dados de sistemas, notificações de órgãos públicos, boletins meteorológicos, atas, termos de ocorrência ou outros documentos aptos a comprovar a situação. Justificativas apresentadas apenas após o encerramento do evento, sem lastro documental produzido durante a execução, deverão ser analisadas com cautela e poderão ser desconsideradas pela SETUR.

A integração entre este POP e a Matriz de Riscos também é indispensável para a análise do mínimo garantido. O mínimo de 60% do público de referência somente poderá ser aplicado quando a baixa frequência não decorrer de falha imputável à Contratada e quando a Matriz de Riscos não alocar integralmente a ela o fato causador da redução de público. Dessa forma, não basta que o público validado seja inferior ao patamar mínimo: é necessário verificar a causa da baixa frequência, o cumprimento das obrigações operacionais, a regularidade da infraestrutura, a suficiência da comunicação, a segurança do evento e a inexistência de falha contratual relevante.

Do mesmo modo, a ocorrência de evento climático, alteração de local, interrupção parcial, restrição de acesso, cancelamento de programação ou redução inesperada de público não gera automaticamente direito a reequilíbrio econômico-financeiro, mínimo garantido ou afastamento de glosa. Cada situação deverá ser analisada conforme a Matriz de Riscos, com identificação do fato gerador, da parte responsável, do impacto comprovado, do nexo causal e da documentação apresentada. Sem gatilho objetivo e sem prova contemporânea, o pleito perde sustentação técnica e jurídica.

A Matriz de Riscos também orientará o tratamento de falhas de aferição. Quando a inconsistência decorrer de manipulação, negligência, ausência de dados brutos, falha metodológica, omissão de informações, descumprimento do Plano de Aferição ou resistência à fiscalização, o risco deverá ser suportado pela Contratada. Nesses casos, a SETUR poderá desconsiderar a fonte inconsistente, adotar o menor público tecnicamente validável, aplicar glosa, reduzir o FAD, instaurar auditoria específica ou adotar medidas sancionatórias, conforme a gravidade da ocorrência.

Por outro lado, se a falha decorrer de fato não imputável à Contratada, devidamente comprovado e enquadrado na Matriz de Riscos, a SETUR poderá avaliar a adoção de medidas de preservação da equação contratual, validação por fontes alternativas, aplicação de metodologia substitutiva, reconhecimento parcial da medição ou outra providência

compatível com o caso concreto. Ainda assim, a decisão deverá ser motivada e baseada em documentação suficiente.

A relação entre POP e Matriz de Riscos também preserva a coerência entre as fases de planejamento, execução, fiscalização e pagamento. O POP define como o público será medido; a Matriz de Riscos define quem suporta os efeitos de determinados fatos; os KPIs e o FAD avaliam a qualidade da execução; e as regras de medição e pagamento indicam o efeito econômico dos dados validados. Essa integração evita decisões fragmentadas, subjetivas ou contraditórias entre si.

Sempre que houver dúvida sobre a alocação de determinado risco, sobre a aplicação do mínimo garantido, sobre a incidência de glosa relevante, sobre pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou sobre a interpretação de fato com impacto financeiro sensível, a SETUR deverá instruir o processo com manifestação técnica da fiscalização e, quando cabível, submeter a matéria à análise jurídica. A verificação técnica deverá esclarecer o que ocorreu, quando ocorreu, quais dados foram afetados e qual foi o impacto sobre a aferição. A análise jurídica deverá examinar o enquadramento contratual e normativo, a alocação do risco, a regularidade da medida e seus efeitos jurídicos.

Em síntese, a Matriz de Riscos orienta a interpretação da aferição de público, impedindo que toda variação de público seja convertida automaticamente em pagamento adicional, que toda queda de público enseje a aplicação do mínimo garantido, que toda falha de dado seja tratada como mera ocorrência operacional e que divergências entre fontes sejam desconsideradas.

17. EVENTOS CLIMÁTICOS, FORÇA MAIOR E ALTERAÇÃO RELEVANTE DE PÚBLICO

Quando a aferição de público for impactada por chuva intensa, vento, interdição, alerta de Defesa Civil, alteração de local, mudança de horário, evacuação, suspensão temporária, cancelamento parcial de programação ou qualquer outro evento extraordinário, a Contratada deverá registrar o fato imediatamente, comunicar a fiscalização da SETUR e apresentar documentação comprobatória suficiente para demonstrar a ocorrência, sua extensão, sua duração e seu impacto concreto sobre o público do evento.

A ocorrência de evento climático, fato extraordinário ou situação de força maior deverá ser tratada com especial cautela, pois pode produzir efeitos distintos sobre a execução contratual, a segurança do público, a aferição de presença, a validação do público, a aplicação do mínimo garantido, a eventual incidência de glosas e a análise de reequilíbrio econômico-financeiro. Por essa razão, não basta a mera alegação genérica de chuva, vento, baixa adesão ou dispersão do público. É necessário demonstrar, com documentação idônea, que o fato ocorreu, quando ocorreu, qual foi sua intensidade, de que forma afetou o evento e qual foi sua repercussão objetiva sobre a aferição de público.

A documentação deverá ser contemporânea aos fatos, ou seja, produzida no momento da ocorrência ou em prazo compatível com a dinâmica do evento. Registros posteriores, desacompanhados de evidências objetivas, deverão ser analisados com cautela pela SETUR, especialmente quando forem utilizados para fundamentar pedido de mínimo garantido, afastamento de glosa, revisão de público pagável ou reequilíbrio econômico-financeiro. Fato extraordinário desacompanhado de prova contemporânea não é apto a fundamentar a liquidação da despesa pública.

O relatório deverá indicar:

- descrição do evento extraordinário;
- horário de início e fim da ocorrência;
- impacto sobre os acessos, permanência ou dispersão do público;
- fontes oficiais ou técnicas de comprovação;
- medidas adotadas pela Contratada;
- orientação recebida da SETUR ou de órgãos públicos;
- impacto sobre a aferição;
- eventual pedido de aplicação do mínimo garantido, se cabível;
- eventual análise à luz da Matriz de Riscos.

Poderão ser aceitos como documentos comprobatórios, conforme o caso, boletins ou alertas da Defesa Civil, registros meteorológicos oficiais, comunicados de órgãos públicos, atas de reunião da central de operações, registros fotográficos e audiovisuais, logs de sistemas, relatórios de segurança, relatórios de mobilidade, comunicações formais à fiscalização, registros de evacuação, interdição ou alteração de perímetro, bem como outros

documentos técnicos capazes de demonstrar o impacto do fato sobre a execução do evento e sobre a aferição de público.

A Contratada deverá demonstrar as providências adotadas para mitigar os efeitos do evento extraordinário, tais como reorganização de acessos, reforço de sinalização, comunicação ao público, acionamento de plano de contingência, redistribuição de equipes, suspensão temporária controlada, isolamento de áreas, adaptação de fluxos, preservação de equipamentos de aferição e comunicação imediata com a SETUR e demais órgãos competentes.

A adoção de medidas mitigadoras será relevante para a análise da responsabilidade da Contratada. Quando ficar demonstrado que o impacto sobre o público decorreu de fato externo, imprevisível ou inevitável, e que a Contratada adotou tempestivamente as providências exigíveis, a SETUR poderá avaliar a aplicação das regras contratuais pertinentes, inclusive quanto ao mínimo garantido ou à recomposição de equilíbrio, se cabível. Por outro lado, quando o impacto decorrer de ausência de planejamento, falha de estrutura, insuficiência de contingência, atraso de montagem, deficiência de comunicação, falha de segurança ou descumprimento do Plano Operacional, a ocorrência não poderá ser tratada como evento de força maior apto a afastar a responsabilidade da Contratada.

A ocorrência de evento climático ou força maior não autoriza, por si só, alteração do público pagável, aplicação automática do mínimo garantido ou reequilíbrio econômico-financeiro. Tais efeitos dependerão de documentação idônea, nexos causal, análise técnica, enquadramento na Matriz de Riscos e decisão administrativa motivada.

Para fins deste POP, o nexo causal deverá ser demonstrado de forma objetiva. A Contratada deverá comprovar que a queda de público, a dispersão, a impossibilidade de aferição integral ou a alteração dos fluxos decorreu diretamente do evento extraordinário alegado, e não de falha operacional, insuficiência de estrutura, baixa atratividade da programação, comunicação inadequada, erro metodológico ou outro fator inserido em sua esfera de responsabilidade.

Nos casos em que o evento extraordinário afetar apenas parte da programação, determinado horário, setor específico ou ponto de acesso, a análise deverá ser proporcional ao impacto efetivamente comprovado. Assim, a SETUR poderá reconhecer efeitos apenas sobre

a parcela afetada, preservando a aferição e a medição das demais etapas regularmente executadas. A ocorrência parcial não deverá contaminar automaticamente todo o evento, salvo quando demonstrado que seus efeitos inviabilizaram globalmente a execução ou a aferição.

Quando o evento climático ou extraordinário impactar os sistemas de aferição, a Contratada deverá demonstrar quais fontes foram afetadas, por quanto tempo, quais dados foram preservados, quais medidas alternativas foram adotadas e se houve possibilidade de validação por fontes complementares. A impossibilidade de uso de determinada fonte não autoriza, automaticamente, a substituição por estimativa visual ou número declarado unilateralmente. Deverá ser adotada metodologia substitutiva tecnicamente justificável, com validação pela fiscalização.

A eventual aplicação do mínimo garantido deverá observar, cumulativamente, as condições previstas no contrato, neste POP e na Matriz de Riscos. Não será suficiente demonstrar que o público validado ficou abaixo de 60% do público de referência. Será necessário comprovar que a Contratada executou integralmente a infraestrutura prevista, cumpriu as obrigações operacionais essenciais, não deu causa à baixa frequência, registrou tempestivamente a ocorrência e apresentou documentação suficiente para enquadrar o fato como hipótese apta à incidência do mínimo garantido.

Da mesma forma, eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser analisado de forma autônoma, mediante demonstração do fato superveniente, extraordinário, imprevisível ou de consequências incalculáveis, do impacto econômico efetivo, do nexo causal com a execução contratual e do enquadramento na Matriz de Riscos. A simples frustração de público, por si só, não caracteriza automaticamente desequilíbrio econômico-financeiro, especialmente quando a variação estiver compreendida nos riscos ordinários da contratação ou quando inexistir comprovação robusta dos efeitos alegados.

A SETUR deverá registrar sua análise em manifestação técnica fundamentada, indicando os documentos examinados, o enquadramento do fato na Matriz de Riscos, o impacto sobre a aferição, a existência ou não de responsabilidade da Contratada e os efeitos admitidos sobre o público validado, o público pagável, o FAD, eventuais glosas, mínimo garantido ou reequilíbrio.

Quando houver dúvida jurídica relevante sobre o enquadramento da ocorrência, a incidência do mínimo garantido, a aplicação de glosa, a caracterização de força maior ou a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro, a matéria deverá ser submetida à análise jurídica, precedida de manifestação técnica da fiscalização. A análise técnica deverá esclarecer o que ocorreu e qual foi seu impacto; a análise jurídica deverá indicar quais efeitos contratuais e legais podem decorrer da ocorrência.

A ausência de registro tempestivo pela Contratada poderá prejudicar o reconhecimento dos efeitos alegados, especialmente quando impossibilitar a verificação do fato, de sua intensidade, de sua duração ou de seu impacto sobre a aferição. A Administração não deverá presumir efeitos financeiros relevantes com base em alegações genéricas ou documentos insuficientes.

Por fim, os eventos climáticos, situações de força maior e alterações relevantes de público deverão ser tratados como fatos de gestão de risco, e não como justificativas automáticas para alteração da medição.

18. VEDAÇÃO À CONTAGEM INDEVIDA

É vedada a inclusão, no público pagável, de pessoas, registros, fluxos, estimativas ou métricas que não correspondam ao público efetivamente presente, atendido ou participante do evento, conforme metodologia de aferição aprovada pela SETUR.

A vedação à contagem indevida tem por finalidade preservar a integridade da medição contratual, evitar superestimação artificial do público, impedir pagamento por quantitativos não comprovados e assegurar que a remuneração variável, quando aplicável, reflita apenas o público validado nos termos deste POP. Trata-se de regra essencial de controle, especialmente porque o público pagável possui repercussão direta sobre a liquidação da despesa e sobre a regularidade do pagamento público.

O público pagável deverá corresponder, exclusivamente, ao público efetivamente aferido, validado e admitido para fins de pagamento, após a exclusão de duplicidades, registros técnicos, movimentações operacionais, dados não auditáveis e métricas que não representem presença física no perímetro do evento. Não se admite a conversão automática

de fluxo, alcance, capacidade, expectativa, circulação externa ou engajamento digital em público pagável.

É vedado incluir no público pagável:

- trabalhadores, fornecedores, artistas, produtores, seguranças, brigadistas, expositores, imprensa credenciada e equipes de apoio, salvo se o contrato estabelecer regra diversa;
- pessoas contabilizadas mais de uma vez sem critério de deduplicação;
- circulação externa sem ingresso ou permanência no perímetro do evento, quando tecnicamente separável;
- veículos, acessos técnicos ou movimentação operacional;
- estimativas baseadas exclusivamente em capacidade máxima do local;
- público potencial, público impactado por comunicação ou alcance de mídia;
- visualizações, engajamento digital ou audiência remota.

A exclusão das equipes técnicas, operacionais, fornecedores, artistas, imprensa credenciada e demais pessoas vinculadas à execução do evento decorre da própria finalidade da aferição, que busca identificar o público destinatário da política pública e da entrega contratual, e não o contingente mobilizado para sua realização. Caso o contrato admita tratamento diverso para alguma categoria específica, essa exceção deverá estar expressamente prevista e metodologicamente delimitada, vedada interpretação ampliativa.

Nos casos em que houver credenciamento, pulseiras, QR Codes, acessos técnicos, listas de equipe ou identificação setorial, a Contratada deverá adotar mecanismos para distinguir público participante de equipe operacional. A ausência de segregação adequada poderá ensejar desconsideração parcial da fonte, glosa, redução do FAD ou adoção de critério conservador pela fiscalização.

Também é vedada a dupla contagem de uma mesma pessoa em razão de reentrada, circulação entre setores, passagem repetida por sensores, leitura duplicada de pulseira, mudança de área interna ou múltiplos registros em fontes distintas. A Contratada deverá demonstrar os critérios de deduplicação adotados, especialmente quando houver eventos com acessos múltiplos, áreas internas segmentadas, reentrada permitida ou uso combinado de diferentes tecnologias de aferição.

A circulação externa ao perímetro do evento somente poderá ser considerada quando a metodologia aprovada demonstrar, de forma tecnicamente defensável, que tal circulação integra efetivamente o público do evento. Quando for possível separar pessoas em trânsito, moradores, trabalhadores do entorno, usuários ordinários da via pública ou circulação não relacionada à programação, tais registros deverão ser excluídos do público pagável.

Nos eventos realizados em áreas abertas, a metodologia deverá distinguir, sempre que possível, fluxo de passagem, permanência efetiva e concentração de público no perímetro do evento. Essa distinção é fundamental para evitar que a mera movimentação urbana no entorno seja indevidamente convertida em público do evento.

A capacidade máxima do local, por sua vez, não poderá ser utilizada como substituto da aferição de público. A lotação máxima, a capacidade autorizada pelo Corpo de Bombeiros, o potencial de ocupação do espaço ou a estimativa de público prevista no planejamento constituem parâmetros de segurança, dimensionamento e referência, mas não comprovam o público efetivamente presente. Esses dados poderão auxiliar a análise de compatibilidade e razoabilidade, mas não servirão, isoladamente, como base de cálculo do público pagável.

Da mesma forma, métricas de comunicação, alcance de mídia, engajamento em redes sociais, visualizações de transmissões, audiência remota, menções na imprensa, compartilhamentos, curtidas, impressões digitais ou público potencial impactado por campanhas promocionais não se confundem com presença física no evento. Tais métricas podem ser relevantes para avaliação de comunicação, promoção turística ou impacto institucional, mas não poderão ser utilizadas para compor o público pagável.

Quando houver dúvida sobre a inclusão ou exclusão de determinado grupo, fluxo ou registro, deverá prevalecer interpretação conservadora, orientada pela comprovação efetiva da presença no perímetro do evento e pela finalidade da medição contratual. A SETUR poderá solicitar esclarecimentos, determinar a segregação dos dados, desconsiderar registros indevidos, aplicar glosa ou exigir auditoria específica quando identificar risco de contagem indevida.

A Contratada deverá demonstrar, no Relatório de Aferição de Público, os critérios utilizados para exclusão de registros indevidos, deduplicação de dados e separação entre público participante e movimentação operacional. A ausência de demonstração suficiente

poderá comprometer a validação do público informado e ensejar aplicação das consequências previstas neste POP, no contrato, nos KPIs e na Matriz de Riscos.

Por fim, a vedação à contagem indevida deverá ser observada em todas as etapas da aferição: planejamento prévio, coleta concomitante, validação cruzada, consolidação pós-evento, cálculo do público validado e definição do público pagável. A finalidade é assegurar o pagamento por público efetivamente comprovado, e não por estimativas infladas, circulação urbana no entorno, equipes de trabalho ou registros sem lastro técnico.

19. GUARDA E DISPONIBILIZAÇÃO DE DADOS

A Contratada deverá manter todos os dados, documentos, registros, arquivos, relatórios e evidências relacionados à aferição de público pelo prazo mínimo de 5 anos após o encerramento do contrato, ou por prazo superior, caso haja processo de controle, auditoria, prestação de contas, ação judicial, procedimento administrativo, apuração de irregularidade, solicitação de órgão de controle ou qualquer demanda formal ainda pendente de conclusão.

A obrigação de guarda documental tem por finalidade assegurar a rastreabilidade da aferição, permitir a revisão posterior da medição, viabilizar auditorias internas e externas, subsidiar eventual apuração de responsabilidade e preservar a segurança jurídica da execução contratual. Considerando que os dados de público podem produzir efeitos financeiros diretos sobre a remuneração da Contratada, sua preservação não constitui providência acessória, mas condição indispensável para a regularidade da liquidação da despesa e para a defesa dos atos praticados pela Administração.

A guarda deverá abranger não apenas os relatórios finais apresentados à SETUR, mas também os dados primários e intermediários utilizados na formação do público validado e do público pagável. A simples preservação de arquivos consolidados, desacompanhados dos registros brutos, não será suficiente quando impedir a reconstrução do procedimento de aferição, a conferência da memória de cálculo ou a verificação da integridade dos dados.

Deverão ser preservados:

- dados brutos;
- logs de sistemas;
- backups;

- imagens;
- planilhas;
- relatórios técnicos;
- contratos com fornecedores de tecnologia;
- declarações técnicas;
- memórias de cálculo;
- comunicações com a SETUR;
- registros de intercorrências;
- documentos de validação e auditoria.

A Contratada deverá assegurar que os dados sejam mantidos em formato íntegro, legível, acessível e compatível com auditoria posterior, preservando, sempre que possível, os arquivos em seu formato original de extração. Quando houver conversão de arquivos, consolidação de planilhas ou tratamento estatístico, deverão ser preservadas tanto a base original quanto a versão tratada, com indicação dos critérios de transformação aplicados.

Os registros digitais deverão ser armazenados com mecanismos mínimos de segurança, backup e controle de integridade, de modo a prevenir perda, alteração, corrupção, exclusão acidental, substituição indevida ou indisponibilidade posterior. Quando os dados estiverem sob responsabilidade de fornecedor de tecnologia contratado pela Contratada, esta deverá assegurar, em seus instrumentos contratuais com terceiros, a obrigação de guarda, disponibilização e cooperação com eventual auditoria da SETUR ou dos órgãos de controle.

A alegação de encerramento da relação contratual com fornecedor, indisponibilidade de plataforma, expiração de licença, sigilo comercial, falha de armazenamento ou perda de acesso ao sistema não afastará a responsabilidade da Contratada pela apresentação dos dados que fundamentaram a aferição de público. Os dados que subsidiaram o pedido de pagamento deverão permanecer íntegros e disponíveis para conferência posterior.

A SETUR poderá solicitar os documentos a qualquer tempo durante a vigência contratual e durante o prazo de guarda, especialmente para fins de fiscalização, auditoria, controle interno, controle externo, prestação de contas, revisão de medição, apuração de inconsistências, análise de glosa, reequilíbrio econômico-financeiro, aplicação do FAD ou instrução de processo administrativo.

A disponibilização deverá ocorrer no prazo fixado pela SETUR, em formato digital editável ou auditável, sempre que possível, sem prejuízo da apresentação de documentos assinados, certificados, laudos ou declarações técnicas quando exigidos. Quando o volume de dados for elevado, a Contratada deverá indicar meio seguro de compartilhamento, índice dos arquivos, estrutura de pastas, identificação das fontes e relação dos documentos disponibilizados.

Quando houver dados pessoais, imagens de pessoas, bases georreferenciadas, registros de telefonia móvel, credenciais, QR Codes, pulseiras identificáveis ou outras informações sujeitas a proteção específica, a guarda e a disponibilização deverão observar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, com adoção de medidas de minimização, anonimização, pseudonimização ou agregação, conforme aplicável. A proteção de dados pessoais, contudo, não poderá ser utilizada como justificativa genérica para impedir a auditoria, devendo a Contratada apresentar solução técnica que preserve a privacidade sem inviabilizar a conferência da aferição.

A ausência, perda, corrupção, indisponibilidade ou apresentação incompleta dos dados poderá comprometer a validação do público, ensejar a desconsideração da fonte afetada, a adoção do menor público tecnicamente comprovável, a aplicação de glosa, a redução do FAD, a instauração de auditoria especial ou a apuração de responsabilidade contratual, conforme a gravidade e o impacto da falha.

Caso haja processo de controle, auditoria, prestação de contas, ação judicial ou procedimento administrativo em curso ao final do prazo mínimo de guarda, a Contratada deverá manter os documentos preservados até a decisão final ou até comunicação formal da SETUR autorizando o encerramento da obrigação de guarda. A eliminação de documentos antes da conclusão dessas apurações poderá ser considerada falha grave ou gravíssima, especialmente se prejudicar a verificação da regularidade da medição ou a recuperação de eventual dano ao erário.

A SETUR também poderá determinar a preservação específica de determinados arquivos, bases, imagens, logs ou relatórios quando houver indício de inconsistência, divergência entre fontes, questionamento de órgão de controle, suspeita de manipulação ou impacto financeiro relevante. Nessa hipótese, a Contratada deverá adotar medidas imediatas

para impedir alteração, exclusão ou sobrescrição dos dados, preservando a cadeia de custódia dos registros.

20. PROCEDIMENTO DE VALIDAÇÃO PELA FISCALIZAÇÃO

Após o recebimento do Relatório de Aferição de Público, caberá à fiscalização contratual realizar a análise técnica dos dados apresentados pela Contratada, verificando sua conformidade com este POP, com o Plano de Aferição de Público aprovado, com o Termo de Referência, com a Matriz de Riscos, com os Indicadores de Desempenho — KPIs e com as demais disposições contratuais aplicáveis.

A validação pela fiscalização constitui etapa indispensável para o reconhecimento do público validado e para a definição do público pagável. A simples apresentação do Relatório de Aferição de Público pela Contratada não implica aceitação automática dos quantitativos informados, nem autoriza, por si só, a liquidação da parcela variável ou a aplicação do mínimo garantido. O relatório deverá ser submetido à conferência técnica, documental e metodológica da Administração.

A atuação da fiscalização deverá ser orientada pelos princípios da motivação, rastreabilidade, eficiência, segurança jurídica, controle, economicidade e proteção ao erário. O objetivo não é refazer integralmente a aferição, salvo quando necessário, mas verificar se os dados apresentados são suficientes, coerentes, auditáveis e aptos a sustentar a medição contratual.

A análise da fiscalização deverá observar, sempre que possível, uma sequência lógica: primeiro, verifica-se se o relatório foi entregue no prazo e se contém todos os elementos obrigatórios; em seguida, examina-se a metodologia aplicada e sua aderência ao plano aprovado; depois, confrontam-se as fontes, as divergências e a memória de cálculo; por fim, decide-se sobre a validação, ressalva, glosa, diligência, auditoria ou encaminhamento jurídico, conforme o caso.

Após o recebimento do Relatório de Aferição de Público, a fiscalização deverá:

- verificar a tempestividade da entrega;
- conferir a presença dos documentos obrigatórios;
- analisar a metodologia aplicada;

- comparar as fontes utilizadas;
- verificar a variação entre fontes;
- avaliar as justificativas apresentadas;
- conferir a memória de cálculo;
- analisar a incidência do teto pagável;
- analisar eventual aplicação do mínimo garantido;
- registrar ressalvas, se houver;
- emitir manifestação conclusiva.

A verificação da tempestividade deverá considerar o prazo previsto neste POP, no contrato ou em determinação específica da SETUR. O atraso na apresentação do relatório deverá ser registrado e poderá repercutir na avaliação do FAD, especialmente quando prejudicar a análise da medição, a liquidação da despesa, a conferência dos dados ou a adoção tempestiva de diligências.

A conferência dos documentos obrigatórios deverá abranger tanto o relatório principal quanto seus anexos, incluindo dados brutos, logs, planilhas, relatórios técnicos, imagens, registros de instalação, comunicações operacionais, relatórios de fornecedores e documentos de validação. A ausência de documentos essenciais poderá impedir a validação integral do público apresentado, sobretudo quando comprometer a rastreabilidade da aferição.

A análise da metodologia aplicada deverá verificar se a Contratada executou o procedimento previamente aprovado no Plano de Aferição de Público. Caso tenha havido alteração de fonte, substituição de equipamento, mudança de ponto de medição, adaptação metodológica ou limitação operacional, a fiscalização deverá examinar se a alteração foi justificada, comunicada tempestivamente e tecnicamente compatível com o evento.

A comparação entre fontes deverá considerar a natureza de cada método de aferição, a confiabilidade dos registros, a existência de dados brutos, a cobertura do perímetro, a margem de erro, a possibilidade de auditoria e a compatibilidade com as demais evidências disponíveis. Não deverá ser adotada leitura puramente aritmética quando uma fonte for claramente mais adequada ou quando outra apresentar inconsistência relevante.

A variação entre fontes deverá ser examinada à luz do limite de tolerância previsto neste POP. Divergências superiores ao parâmetro admitido deverão ser objeto de justificativa

técnica específica pela Contratada e de análise fundamentada pela fiscalização. Justificativas genéricas ou desacompanhadas de lastro documental não deverão ser consideradas suficientes para validação automática do público consolidado.

A memória de cálculo deverá ser conferida de forma sequencial, verificando a passagem do público bruto ao público tratado, do público tratado ao público validado e do público validado ao público pagável. A fiscalização deverá examinar exclusões, deduplicações, registros inválidos, aplicação do teto de 115%, eventual mínimo garantido, FAD, glosas e demais ajustes incidentes.

A análise do teto pagável deverá verificar se o público validado supera o limite máximo de 115% do público de referência do evento. Caso supere, o público pagável deverá ser limitado ao teto contratual, ainda que o público validado seja superior. Essa limitação deverá constar expressamente da manifestação da fiscalização, com indicação do público de referência, do teto aplicável e do público considerado para fins de pagamento.

A análise do mínimo garantido deverá ser feita com especial cautela. A fiscalização deverá verificar se o público validado ficou abaixo de 60% do público de referência e, principalmente, se estão presentes as condições cumulativas para sua aplicação. Não basta haver baixa frequência. É necessário demonstrar que o evento foi efetivamente realizado, que a Contratada cumpriu suas obrigações essenciais, que disponibilizou a infraestrutura prevista, que a redução de público não decorreu de falha imputável a ela e que a Matriz de Riscos não aloca integralmente à Contratada o fato causador da baixa frequência.

As ressalvas deverão ser registradas sempre que houver falha formal, lacuna documental, divergência parcialmente esclarecida, limitação metodológica ou outro aspecto que não impeça necessariamente a validação, mas que mereça registro para fins de controle, FAD, glosa proporcional, aperfeiçoamento de eventos futuros ou eventual auditoria posterior.

A manifestação conclusiva da fiscalização deverá ser clara, objetiva e motivada. Deverá indicar os documentos analisados, as fontes consideradas, as inconsistências identificadas, as justificativas aceitas ou rejeitadas, o público validado, o público pagável, eventual aplicação de teto ou mínimo garantido, incidência de glosa, reflexos sobre o FAD e necessidade de providências adicionais.

A manifestação da fiscalização poderá concluir por:

- validação integral do público apresentado;
- validação com ressalvas;
- determinação de diligência;
- validação parcial com desconsideração de fonte inconsistente;
- adoção de público inferior ao apresentado;
- aplicação de glosa;
- redução de FAD;
- instauração de auditoria;
- encaminhamento para análise jurídica;
- abertura de processo administrativo sancionador.

A validação integral deverá ocorrer quando o relatório for tempestivo, completo, metodologicamente adequado, acompanhado dos registros brutos exigidos, coerente entre suas fontes e suficiente para demonstrar o público validado e o público pagável, sem inconsistências relevantes.

A validação com ressalvas poderá ocorrer quando forem identificadas falhas formais ou limitações que não comprometam a confiabilidade global da aferição. Nessa hipótese, a fiscalização deverá indicar expressamente quais ressalvas foram registradas e se elas produzem, ou não, impacto sobre o FAD, sobre a medição ou sobre eventos futuros.

A determinação de diligência será cabível quando a fiscalização entender que os elementos apresentados ainda são insuficientes para conclusão segura, mas podem ser complementados pela Contratada. A diligência poderá exigir dados brutos, logs, relatórios técnicos, esclarecimentos metodológicos, planilhas revisadas, justificativas de divergência, documentos de fornecedores ou outros elementos necessários à validação.

A validação parcial com desconsideração de fonte inconsistente será cabível quando determinada fonte apresentar falha, lacuna, ausência de rastreabilidade ou divergência não sanada, mas existirem outras fontes confiáveis capazes de sustentar a consolidação do público. Nesse caso, a desconsideração deverá ser motivada, com indicação da fonte afastada e dos fundamentos técnicos da decisão.

A adoção de público inferior ao apresentado será cabível quando o público informado pela Contratada não estiver suficientemente comprovado, quando houver divergência não justificada, quando se verificar contagem indevida, duplicidade, ausência de deduplicação, inclusão de pessoas não pagáveis ou quando a aplicação de critério conservador for necessária para resguardar a regularidade da medição.

A aplicação de glosa deverá ocorrer quando a inconsistência identificada produzir impacto financeiro sobre a medição, quando parcela do público informado não for comprovada, quando houver descumprimento de obrigação com repercussão econômica ou quando a falha da Contratada justificar abatimento proporcional ou integral do valor correspondente.

A redução do FAD deverá observar os KPIs e a gravidade da falha relacionada à aferição de público e ao desempenho operacional. Poderão justificar redução do FAD, entre outros fatores, atraso no relatório, falha metodológica, ausência de rastreabilidade, divergência não justificada, resistência à fiscalização, descumprimento do Plano de Aferição ou insuficiência documental relevante.

A instauração de auditoria será cabível quando a fiscalização não conseguir validar o público com segurança a partir dos documentos apresentados ou quando houver indício de falha relevante, manipulação, duplicidade, inconsistência entre fontes, incompatibilidade com registros operacionais ou impacto indevido sobre a remuneração variável.

O encaminhamento para análise jurídica deverá ocorrer quando a conclusão da fiscalização envolver glosa relevante, sanção, reequilíbrio econômico-financeiro, aplicação controvertida do mínimo garantido, dúvida de alocação de risco, interpretação sensível do contrato ou potencial repercussão perante órgãos de controle. Nesses casos, a manifestação técnica deverá anteceder a análise jurídica, delimitando os fatos, os dados afetados e o impacto sobre a medição.

A abertura de processo administrativo sancionador será cabível quando houver indícios de descumprimento contratual relevante, fraude, manipulação de dados, obstrução de auditoria, omissão deliberada, resistência injustificada, apresentação de informação falsa ou outra conduta passível de sanção, observados o contraditório e a ampla defesa.

A manifestação conclusiva da fiscalização deverá integrar o processo de execução contratual e servir de base para a medição, liquidação da despesa, aplicação do FAD, eventual glosa, auditoria, decisão administrativa ou encaminhamento jurídico.

21. FLUXO OPERACIONAL RESUMIDO

Etapa	Responsável	Produto	Prazo
Elaboração do Plano de Aferição	Contratada	Plano de Aferição de Público	Até X dias antes do evento
Análise do plano	SETUR	Aprovação, aprovação com ressalvas ou pedido de ajuste	Até X dias após recebimento
Instalação dos sistemas	Contratada	Equipamentos instalados e testados	Antes da abertura do evento
Verificação prévia	SETUR / Contratada	Termo de verificação dos pontos de aferição	Antes da abertura do evento
Coleta em tempo real	Contratada	Dados brutos e registros de operação	Durante o evento
Fiscalização concomitante	SETUR	Registros, fotos, apontamentos e eventuais determinações	Durante o evento
Consolidação dos dados	Contratada	Relatório de Aferição de Público	Até 5 dias úteis após o evento
Validação técnica	SETUR	Manifestação da fiscalização	Até X dias após recebimento
Diligência ou auditoria, se necessário	SETUR / Contratada	Complementação ou parecer técnico	Conforme decisão administrativa
Medição e pagamento	SETUR	Público pagável, FAD e eventual glosa	Após validação

22. MODELO DE QUADRO DE CONSOLIDAÇÃO DE PÚBLICO

Fonte de aferição	Público bruto	Ajustes/ deduplicações	Público tratado	Variação em	Observações
--------------------------	----------------------	-------------------------------	------------------------	--------------------	--------------------

				relação à média	
Fonte 1 — Controle eletrônico	—	—	—	—%	—
Fonte 2 — Dados agregados / sensores	—	—	—	—%	—
Fonte 3 — Imagens / contagem amostral	—	—	—	—%	—
Fonte complementar	—	—	—	—%	—
Público validado	—	—	—	—	—
Teto pagável aplicável	—	—	—	—	115% do público de referência
Público pagável	—	—	—	—	Menor valor entre público validado e teto pagável

23. MODELO DE DECLARAÇÃO TÉCNICA DA CONTRATADA

A Contratada deverá incluir no Relatório de Aferição declaração assinada por responsável técnico, com o seguinte teor mínimo:

“Declaro, para os devidos fins, que os dados apresentados no presente Relatório de Aferição de Público correspondem aos registros efetivamente coletados durante a realização do evento, observada a metodologia aprovada pela SETUR no Plano de Aferição de Público. Declaro, ainda, que os dados brutos, logs, registros técnicos, imagens, relatórios de sistemas, memórias de cálculo e demais documentos comprobatórios encontram-se preservados e disponíveis para auditoria pela Administração Pública, pelos órgãos de controle interno e externo e por eventual equipe técnica especializada”.

24. DISPOSIÇÕES FINAIS

A aferição de público constitui condição essencial para a regular medição da execução contratual, para a definição do público validado, para o cálculo do público pagável e para a apuração da remuneração variável da Contratada, quando aplicável.

Por possuir reflexo direto sobre a liquidação da despesa pública, a aferição de público deverá ser conduzida com rigor técnico, documentação adequada, fontes auditáveis, validação cruzada, preservação dos dados brutos e manifestação conclusiva da fiscalização. Não se admite que a definição do público seja baseada em estimativas genéricas, dados promocionais, informações unilaterais, registros sem lastro documental ou números cuja origem não possa ser tecnicamente reconstituída.

A validação do público pela SETUR não afasta a possibilidade de revisão posterior, caso sejam identificados erro material, inconsistência relevante, omissão de dados, falha técnica, manipulação, fraude, duplicidade de contagem, descumprimento metodológico, fato superveniente ou apontamento de órgão de controle interno ou externo.

A revisão posterior poderá alcançar o público validado, o público pagável, a aplicação do teto de 115%, a incidência do mínimo garantido, o cálculo da parcela variável, a aplicação do FAD, eventuais glosas e demais efeitos financeiros ou sancionatórios decorrentes da aferição. Quando a revisão implicar consequência desfavorável à Contratada, deverão ser observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, conforme a natureza da medida adotada.

A ausência de metodologia aprovada, de fontes independentes, de registros brutos, de validação cruzada ou de rastreabilidade suficiente impedirá a validação automática do público informado pela Contratada e poderá ensejar a adoção do parâmetro mais conservador, a desconsideração de fonte inconsistente, a aplicação de glosa, a redução do FAD, a instauração de auditoria especial e as demais providências previstas no contrato, na Matriz de Riscos, nos Indicadores de Desempenho — KPIs e na legislação aplicável.

A aprovação prévia do Plano de Aferição de Público pela SETUR não afasta a responsabilidade da Contratada pela correta execução da metodologia, pela operação dos equipamentos, pela preservação dos dados, pela integridade das informações e pela

apresentação de relatório tecnicamente suficiente. A fiscalização exercida pela Administração não substitui a responsabilidade técnica e operacional da Contratada, nem convalida falhas, omissões ou inconsistências que venham a ser identificadas posteriormente.

A Contratada deverá assegurar que seus fornecedores, subcontratados, operadores de tecnologia e demais terceiros envolvidos na aferição cumpram integralmente as exigências deste POP, especialmente quanto à disponibilização de dados brutos, preservação de logs, emissão de relatórios técnicos, cooperação com a fiscalização e atendimento a eventuais auditorias. A atuação de terceiros não afasta a responsabilidade da Contratada perante a Administração.

Este POP deverá ser interpretado de forma integrada ao Termo de Referência, ao contrato administrativo, à Matriz de Riscos, aos Indicadores de Desempenho — KPIs, à Proposta Técnica vencedora e aos demais instrumentos que compõem a contratação. Em caso de dúvida interpretativa, deverá prevalecer a solução que melhor preserve a rastreabilidade da aferição, a regularidade da medição, a proteção ao erário, a motivação dos atos administrativos e a segurança jurídica da execução contratual.

Eventuais ajustes operacionais necessários à aplicação deste POP em cada evento deverão ser formalizados no respectivo Plano de Aferição de Público e submetidos à análise da SETUR, vedada a alteração unilateral da metodologia pela Contratada sem justificativa técnica, registro documental e anuência da fiscalização, salvo em situações emergenciais devidamente comprovadas e posteriormente validadas pela Administração.

A SETUR poderá expedir orientações complementares para padronizar modelos de relatório, formatos de dados, prazos de entrega, rotinas de comunicação, critérios de validação, procedimentos de auditoria e demais aspectos necessários à adequada execução deste POP, desde que tais orientações sejam compatíveis com o contrato e não impliquem alteração substancial das obrigações originalmente pactuadas.

A aplicação deste POP deverá observar, quando cabível, as normas de proteção de dados pessoais, especialmente em hipóteses de utilização de imagens, dados de telefonia móvel, credenciais, QR Codes, pulseiras identificáveis, bases georreferenciadas ou outras tecnologias capazes de envolver dados pessoais ou potencialmente identificáveis. A proteção

de dados deverá ser compatibilizada com o dever de transparência, controle e auditabilidade da medição contratual.

A finalidade deste POP não é burocratizar a operação dos eventos, mas criar lastro técnico suficiente para que a Administração possa demonstrar, com segurança, quanto público foi efetivamente atendido, qual metodologia foi utilizada, quais dados sustentam a medição, qual público pode ser considerado para pagamento e quais medidas devem ser adotadas em caso de inconsistência.

Assinaturas:

Diego Henrique de Jesus Oliveira
Diretor Executivo

Aprovação/Autorização da Autoridade Competente:

Aprovo o presente documento, na qualidade de autoridade competente da Secretaria Municipal de Turismo e Eventos — SETUR, para fins de continuidade da fase preparatória e adoção das providências subsequentes necessárias à instrução do processo licitatório. A presente aprovação não se confunde com a elaboração técnica do documento, a qual compete à equipe formalmente designada.

Gabriela Kelm
Secretária de Turismo e Eventos

]